



Anais da Assembléia

N.º 144

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE NOVEMBRO DE 1977

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 221ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 8 DE NOVEMBRO DE 1977

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias e secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Renato Bernardi.

Às 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (49); achando-se ausente os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Aragão de Mattos Leão, José Domingos Scarpelini, Nilso Sguarezi e Otássio Pereira.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 328/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 57/77, ex-Proposição número 257/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Quinta do Sol, objetivando reparos nos prédios do Grupo Escolar de “Quinta do Sol” e do Ginásio Estadual São Judas Tadeu. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição número 516/77.

Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 222ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 8 DE NOVEMBRO DE 1977

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (49); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, José Domingos Scarpelini, Aragão de Mattos Leão, Nilso Sguarezi e Otássio Pereira (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o número 02/77 do Senhor Deny Bindo, Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Paraná, comunicando que no dia 17/09/77, foi fundada naquela cidade, a “Associação dos Aposentados e Pensionistas do Paraná”, agremiação esta de caráter filantrópico, beneficente, recreativo, social e coordenadora da causa dos inativos e pensionistas no Estado do Paraná, publicado no Diário Oficial do Estado número 153. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o número 73/77, do Senhor Deputado Rospide Netto Presidente da Comissão de Agricultura e Pecuária da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, agradecendo os Senhores Parlamentares, a demonstração de carinho com que nos distinguiram durante a realização do II Simpósio Nacional da Soja. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Rames Nassar, Presidente da Associação dos Defensores da Ecologia do Vale do Paranapanema — ADEVAP, encaminhando cópia do manifesto público assinado pelos Prefeitos e Vereadores dos cinquenta e dois municípios do Vale do Paranapanema, em data de 22/10/77, quando da celebração de missa campal pelo arcebispo de Botucatu, Dom Vicente Marchetti Zioni, que se posicionou contra a instalação de indústrias poluidoras no Vale do Paranapanema.

Outrossim, solicita que, em nome do Vale do Paranapanema, reforce nosso apelo no sentido de se preservar o último rio limpo do Estado de São Paulo. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o número 844/77, do Senhor Ivo Roque Pedrini, Presidente da Câmara Municipal de Toledo, encaminhando cópia do requerimento número 444/77, de autoria do Vereador Wilmo Barcelos Marcondes, que àquela Câmara vem denunciar as arbitrariedades praticadas pela Polícia Civil de Cascavel na fazenda “Boa Esperança”, naquele município de Toledo, rogando ao mesmo tempo a determinação de abertura de inquérito, visando à apuração dessas arbitrariedades e punição dos responsáveis. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que esta Presidência, com a devida aprovação do Plenário, consigne na ata de seus trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Ubirajara Sabatella, ocorrido em Ponta Grossa.

O extinto, membro de tradicional família paranaense, era Professor Universitário de Ponta Grossa, e o seu passamento muito repercutiu em nossa comunidade.

Requer, igualmente, que este ato seja comunicado à família enlutada.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 1977.

(a) DAVID FEDERMANN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas legais, após ouvido o Plenário, requer seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Reginato, ocorrido em Goioerê, no dia 03 de novembro do ano em curso.

Requer ainda, seja dada ciência deste à família enlutada, através o Sr. Osmar Reginato - gerente do Expresso Nordeste Ltda., em Goioerê.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 1977.

(aa) JAYME RODRIGUES CARVALHO
ANTÔNIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido dia 7 passado, do Doutor Rubens Amazonas Lima.

Tal medida se justifica, Senhores Deputados, pelo profundo vazio que o falecimento de Rubens Amazonas Lima, deixa na vida cultural, esportiva e social do Paraná.

Foi dedicado jornalista da "Gazeta do Povo", dirigindo-a por largo espaço de tempo ao lado do Professor De Plácido e Silva e entre grandes nomes da imprensa paranaense.

Como desportista, foi o grande presidente do Jôquei Club do Paraná, incentivador impar da construção da atual sede dessa tradicional entidade social do Estado, tendo sido seu presidente por diversas gestões.

Ligado por laços de parentesco a uma família profundamente vinculada à cultura e à educação da juventude curitibana - família De Plácido e Silva - atuou com proficiência, no setor educacional tanto na Escola Técnica, como presentemente, na Faculdade de Ciências Contábeis De Plácido e Silva, onde ocupava o cargo de Diretor-Secretário.

Dedicando-se às funções públicas, destacou-se como um dos primeiros e mais respeitáveis corretores da Bolsa de Valores do Paraná.

Mas, Rubens Amazonas Lima, foi, sobretudo, Senhores Deputados, um homem, na acepção exata do termo.

Casado com Dna. Jusil De Plácido e Silva Lima, o ilustre extinto deixa dois filhos: Oscar Augusto e Regina Helena.

Requer outrossim, seja dado conhecimento do inteiro teor do presente requerimento à família enlutada na pessoa de sua esposa, residente nesta Capital, à Rua Doutor Murici número 99, e à Faculdade de Ciências Contábeis De Plácido e Silva.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 1977.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, dentro do que preceitua o Regimento Interno, requer ouvido o douto Plenário, seja suspensa a sessão do próximo dia 14 de novembro, segunda-feira, eis que grande parte dos Senhores Deputados têm obrigações relativas às comemorações cívicas a serem realizadas em cidades do interior no dia 15 de novembro, data dedicada à exaltação da República, o que facilitaria tal participação.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 1977.

(a) RENATO BERNARDI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Osiris Stenghel Guimarães, digníssimo Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, contendo reivindicações no sentido de que seja feita a ligação asfáltica no trecho que liga o Município de Ribeirão Claro ao Porto Emigdão, na região Norte Velho do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 1977.

(a) LAZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Considerando-se que a referida ligação asfáltica da estrada que liga o Município de Ribeirão Claro ao Porto Emigdão, ser uma reivindicação já bastante antiga por parte de toda aquela população de uma grande parte da região Norte Pioneiro do Estado do Paraná, e considerando ainda ser aquela região essencialmente agrícola, e que tem participado ativamente no desenvolvimento econômico de nosso Estado, esta ligação asfáltica por nós ora solicitada, muito vai contribuir para o melhor escoamento das safras agrícolas, dando a toda aquela região um maior desenvolvimento sócio econômico, pois é do conhecimento de todos que naquela região, em épocas de chuvas as estradas ficam intransitáveis, às vezes causando sérios prejuízos, àqueles pequenos produtores que não têm onde estocarem suas colheitas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais desta Assembléia Legislativa, inteiro teor do pronunciamento do Doutor Enny Luiz Fachin, Presidente das novas instalações da Seção Regional da Associação Médica do Paraná, sediada em Ponta Grossa - PR, inaugurada aos 19 de agosto último.

"Festejando esta árdua etapa de reunião os colegas em torno de um objetivo material, o qual seja, nova sede de nossa Associação Regional, não poderíamos deixar passar este acontecimento sem trazermos ao nosso convívio pessoas que representam a classe, seja no seu âmbito estadual, como no federal e mundial, nas pessoas dos Drs. Pedro Kassab e Francisco Paula Soares Filho.

Fizemos também questão do comparecimento dos colegas que apoiaram esta iniciativa e daqueles que, ainda céticos com as atividades desenvolvidas, deverão vir, ver e avaliar os custos, as vantagens e o aproveitamento do local que deverão usufruir.

Esta sede não é nossa, particular da diretoria; é de todos os médicos, que aqui poderão realizar reuniões de seu grupo social, jantares, festas de seus filhos; treinar seu ping-pong, bilhar, xadrez, usando seus poucos minutos de lazer para descansar a mente em uma atividade desportiva, alegre e companheira.

Sem cansarmos em demasia este auditório, gostaríamos de trazer ao conhecimento de todos a batalha que outros colegas nossos travaram contra o tempo para que a Associação pudesse

ter vida; lendo as interessantes atas nos nossos arquivos notamos:

A primeira notícia que temos data de 18/8/31, quando nos altos da Farmácia Solano, a fundação da Sociedade Médica Pontagrossense, sob a presidência do Dr. José de Azevedo Macedo.

A Sociedade contava com a participação dos Drs. Francisco Burzio, Cid Prestes, Carlos Ribeiro de Macedo, José Pinto Rosas, Álvaro Rocha, Epaminondas Novaes Ribas, Joaquim Loyola, Waldemar Bocchi e Haroldo Beltrão. Esta Sociedade permaneceu até fevereiro de 1941.

Somente em 19/9/41, na Santa Casa de Misericórdia, fundou-se o Centro Médico Eurico Branco Ribeiro, homenageando o cirurgião paranaense, sob a presidência do Dr. Agostinho Brenner, tendo como secretário o Dr. Orlando Moro. Este Centro Médico realizou, até fins de 1950, nada menos de 88 reuniões.

A partir de 14/11/51, instalou-se a atual Seção Regional de Ponta Grossa, pelo professor Dr. Milton Munhoz, recentemente falecido, então presidente da Associação Médica do Paraná. Nosso primeiro presidente foi o Dr. Nadir Silveira e vice, Dr. Bernardo Pusch Júnior. As reuniões eram realizadas na Santa Casa, ou no Clube Pontagrossense e na então Faculdade de Farmácia e Odontologia.

A primeira tentativa de uma sede própria foi realizada em junho de 55 pelo Dr. Pedro Mascarenhas Ribas e a idéia concretizada com a inauguração de uma sala no Ed. da Associação Comercial; o aperitivo na ocasião foi um oferecimento do Laboratório Silva Araújo Roussel. Em janeiro de 1956, tomava posse o Dr. Clyceu Carlos de Macedo; em 1958 novamente Dr. Nadir Silveira.

O esforço da classe prosseguiu até a oferta para uma nova sede no Ed. Itapoã, 3º andar, concretizada pelo então presidente, Dr. Cândido Mello Neto, que na ocasião substituiu o Dr. Paulo Bittencourt. A compra se processou graças ao apoio da classe, que assumiu o compromisso e permitiu a efetivação desse imóvel. A nova sede foi inaugurada em 3 de agosto de 1962 e até o início deste ano, 15 anos depois, abrigou as reuniões da classe.

Na jornada de inauguração falaram os colegas Iseu Afonso da Costa e Dantas Romanó Júnior e, ao encerramento, a conferência do prof. Dr. Ernani Simas Alves.

As diretorias se sucederam e em 64 tomava posse na presidência o Dr. Fausto Brenner; em 65, Dr. Paulo Madureira Novais; em 67, o Dr. Orlando Moro; em 69, Dr. Luiz Conrado Mansani; em 71, Dr. Antonio Chechia; em 73, Dr. Valdir Sabedotti e, em 1975, este que vos fala.

A partir de 1973, na presidência do Dr. Sabedotti, levantou o problema para uma nova sede; a que tínhamos era pequena e já não comportava o crescente número de colegas que se instalavam em Ponta Grossa.

Os dois congressos havidos provocaram que a sede se tornava rapidamente obsoleta, com falhas que se evidenciavam e rapidamente se agravavam.

Em 1976, pelas conversações mantidas com o atual vice-presidente, Dr. Acelino Corrêa Bueno Filho, ficamos a par da oferta para venda deste 4º andar no Ed. Itália.

A proposição era oportuna e satisfatória e uma pesquisa na classe médica mostrou-se receptiva para a efetivação da aquisição.

E foi graças a este apoio que hoje temos a satisfação de entregar aos médicos de nossa Regional a sua nova sede, a sua 2ª casa nesta cidade.

Esperamos que aqui sempre reunidos, possamos nós trabalhar, ombro a ombro, no cuidado para com esta propriedade, fazendo-a respeitar como se ela fosse nossa sala de estar preferida; trazendo a este nosso convívio a nossa família; mostrando aos nossos filhos que a união faz a força; e que a

compreensão e colaboração de todos dá frutos dignificantes como o amor ao próximo.

Requer, outrossim, do fato seja dado conhecimento à Seção Regional da Associação Médica do Paraná, sediada na cidade de Ponta Grossa - PR, na pessoa do seu presidente e ao Prefeito daquela cidade, Sr. Luiz Carlos Zuk.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 1977.

(a) PAULO CAMARGO

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência tem a máxima satisfação de anunciar a presença, na galeria de honra, do Prefeito de Manoel Ribas, Sr. Renato Siloto, o ex-Prefeito de Manoel Ribas, Sr. Lauro Müller, e o Secretário da Prefeitura, Sr. Nelson Bremm.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Lê): "O número de crimes brutais e sem precedentes que vêm ocorrendo nesta Capital nos últimos tempos, nos leva a muitas reflexões sobre a maneira como a sociedade brasileira está tratando o crime e o criminoso.

O nosso código de leis sobre o crime, o Código Penal editado no início da década de 1940, não reflete mais a realidade brasileira. Ele se liga a um Brasil-rural, quando menos de 1/4 da população habitava as cidades. Atualmente seis em cada dez brasileiros moram nas grandes metrópoles.

A lei penal está velha no tempo e desatualizada na aplicação, embora tenham ocorrido modificações neste sentido.

Pensou-se na feitura de um Código Penal mais coerente com os nossos dias, mas por uma série de motivos, essa legislação nova acabou encalhada nos trâmites legislativos. Em resultado: tratamos hoje o crime e o criminoso com uma tolerância inaceitável por crescentes parcelas da população.

Dir-se-ia que a Revolução Brasileira, inovadora em tantos campos como a legislação econômica, o direito administrativo, as relações internacionais, está falhando no grave compromisso de zelar pela segurança do cidadão.

Não queremos que esta pecha seja atirada sobre os Governos Federais que — desde o Presidente Castelo Branco — se têm preocupado com a lei penal. A verdade é que todos somos responsáveis por este estado de coisas.

A verdade é que o criminoso comum, entre nós, tem sido tratado com uma tolerância, uma quase generosidade anacrônica. As penas aplicadas não guardam proporção com o crescente dano social causado pelos delitos: os indultos se generalizam, varrendo das prisões todo tipo de delinquentes primários. As prisões superlotadas levam a um natural relaxamento na captura de indivíduos já condenados.

Não há verbas para construção de mais presídios e se questiona a profundidade das políticas de recuperação de que são alvo, apesar da boa vontade com que autoridades como o Secretário da Justiça do Paraná se empenham no assunto.

Parece-nos que no trato com o criminoso esquecemos de duas lições: primeiro, a lição histórica do velho Portugal, que apenas o criminoso com o degredo, sujeitando-o à vida dura de uma terra distante para expiar seu crime.

E a lição dos povos civilizados, que embora tenham humanizado suas penas, não hesitam em tratar o criminoso comum com o rigor de uma legislação atualizada.

Infelizmente, não podemos manter a mesma postura liberal do passado, ao apenar o criminoso. Se foi banida a crueldade das penas mutilantes ou capitais, nem por isso é necessário menos rigor no justicamento dos que fazem do crime o meio habitual de existência, sob pena de submergirmos a sociedade em que vivemos.

Nem se diga, na discussão do problema, que o crime crescente é decorrência do sistema social em que vivemos, argu-

mento useiro dos que procuram justificar a mudança do sistema econômico de livre iniciativa.

Porque a realidade é que nos países socialistas o rigor no trato dos criminosos raia à brutalidade. São constantes as notícias de fuzilamento de ladrões na União Soviética e, ainda há umas semanas, o ditador cubano Fidel Castro e o prócer soviético Brejnev advertiam para a ocorrência de delitos comuns, a mostrar que a falácia do socialismo não resolve o problema.

O que se extrai, em resumo, é que muitos países foram tocados por teorias em demasia liberais e relaxaram a severidade com que, ao longo da História, a humanidade tratou o crime e os criminosos.

Queremos justiça, Senhores! Justiça para os homens laboriosos que ganham a vida honestamente, que criam os filhos e sustentam as famílias. Queremos leis penais mais atualizadas, que não tratem o criminoso como um bebê social, mas sancionem com rigor os atos anti-sociais!"

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — (Pausa). — Não se encontrando presente o nobre Deputado, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, nobres Pares.

Segundo a imprensa noticiou, já está convencionado que o funcionamento do comércio no período do Natal terá início a partir do dia 20 de novembro.

E a partir dessa data, os servidores públicos do Estado do Paraná poderão fazer suas compras após o horário de trabalho, nas lojas que ficarão abertas até às 21 horas.

Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que possam fazer uso desse horário especial, os servidores necessitam ter seus vencimentos, inclusive para que possam obter vantagens com pagamento à vista, conforme campanha promovida pelo Governo.

Ocorre que, geralmente, essa antecipação é feita somente em dezembro, poucos dias antes do Natal, quando é intenso o movimento nos estabelecimentos comerciais.

Tendo em vista que a toda compra corresponde o retorno ao Estado, em forma de tributos e que não haverá inconveniente algum para que se antecipe o pagamento de novembro, para o dia 20, pois as folhas dos poderes Legislativo e Judiciário estão rigorosamente em dia, restando apenas acelerar o mecanismo relativo ao Executivo, sem dúvida, bem mais complexo.

Mas, com um pouco de boa vontade, isso é perfeitamente exequível, e essa tarefa poderá ser executada.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, propomos a consideração do Plenário o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado Osório Valter Pietrângelo, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário o envio de expedientes aos Senhores Governador do Estado, Secretário de Recursos Humanos e Secretário das Finanças, solicitando que sejam antecipados os pagamentos dos funcionários públicos nos meses de novembro e dezembro, a fim de que possam fazer suas compras natalinas.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Segundo a Imprensa noticiou, já está convencionado que o funcionamento do comércio no período de Natal em horário especial terá início a partir do dia 21 de novembro.

A partir daquela data, os servidores públicos estaduais poderão fazer suas compras após o horário de trabalho em suas repartições, pois, as lojas estarão abertas até às 21 horas. Todavia, para que possam fazer uso desse horário especial, os servidores necessitam ter em mãos os seus vencimentos, inclusive para

que possam obter vantagens com pagamentos à vista, conforme campanha promovida pelo Governo. Geralmente, essa antecipação é feita somente em dezembro, poucos dias antes do Natal, quando é intenso o movimento nos estabelecimentos comerciais.

Tendo em vista que a toda compra corresponde um retorno ao Estado na forma de tributos e que não haverá inconveniente algum para que se antecipe o pagamento de novembro para o dia 20, pois, as folhas dos poderes Legislativo e Judiciário estão rigorosamente em dia, restando apenas acelerar o mecanismo relativo ao Executivo, sem dúvida mais complexo, mas com um pouco de boa vontade, perfeitamente exequível essa tarefa será. Solicitamos por isso, o atendimento à tão justa reivindicação."

Temos ainda mais dois requerimentos: um dirigido ao Sr. Secretário dos Transportes e outro ao Sr. Governador do Estado: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado Osório Valter Pietrângelo, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, enfatizando a necessidade da construção de acostamento em todas as rodovias pavimentadas do Estado, sua conservação, o desmatamento nas laterais e implantação de sinalização.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

As providências acima reclamadas são motivadas pela verificação de contínuo aumento de acidentes em nossas estradas, enlutando lares e ocasionando prejuízos de ordem material.

A inexistência de acostamentos ou o péssimo estado dos mesmos, além da falta de visibilidade nas estradas, principalmente em suas curvas e lombadas e a ausência de sinalização, são, inegavelmente, as maiores e mais constantes causas dos sinistros registrados nas rodovias paranaenses. Cumpre-nos chamar a atenção das autoridades competentes para a largura inexpressiva e insuficiente dos acostamentos construídos nas estradas que recebem pavimentação de baixo custo, que às vezes não atinge cinquenta centímetros e por isso são consideradas altamente perigosas.

Aliás, dezenas de acidentes já se registraram em trechos ainda não inaugurados oficialmente. A esse respeito, o inteligente vereador Noburu Yamamoto, da Câmara de Maringá já lavrou seu protesto, pedindo providências."

"Senhor Presidente.

O Deputado Valter Pietrângelo, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente sonbustanciado em pedido de informações dirigido ao Senhor Governador do Estado inquirindo sobre o andamento do processo do convênio para construção do Forum da Comarca de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Por diversas vezes, enfatizamos a necessidade da construção de prédio em alvenaria para sediar o Forum da Comarca de Santa Isabel do Ivaí. Dirigimo-nos através desta Casa aos Poderes responsáveis, sem contudo, obtermos quaisquer definições. Em data de hoje e através da presente proposição reiteramos nosso apelo.

Justificamo-nos, levando ao conhecimento do Senhor Governador do Estado que a Justiça daquela Comarca funciona, desde sua instalação, há quase quinze anos, em antigo barracão de madeira, construído pela firma Tarquínio Marques Ferreira, colonizadora da cidade, há cerca de trinta anos. Seu precário estado, a insegurança que representa, não condizem com suas finalidades."

Para os três requerimentos, pretendemos contar com o respaldo dos eminentes Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio.

O SR. ERNESTO DAL'OGLIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Cooperativa de Eletrificação Rural de Cândido Rondon, está sob a intervenção do INCRA, como de direito. Realiza-se um esforço para salvar a cooperativa e a própria idéia de cooperativismo, naquele município.

Outros tantos expedientes bem sucedidos provam que a eletrificação rural, em boa hora, foi confiada ao empenho dos próprios agricultores, sob a orientação do INCRA e com o apoio de tantos quantos viram o desabrochar dessa importante e patriótica iniciativa.

O cooperativismo de eletrificação rural está amadurecendo e produzindo grandes frutos para a agricultura e para o homem do campo. O último encontro regional do cooperativismo de eletrificação mostrou o entusiasmo e a correção dos caminhos trilhados.

Não é ainda suficiente e exige que se façam muitos outros esforços, reunindo novas iniciativas de créditos e assistência de parte do Governo Federal, particularmente através do INCRA, com o esforço dos próprios interessados. Porém, reservando essa atividade de qualquer iniciativa político-partidária, ou de influências negativas que já constituíram no passado recente uma das causas das dificuldades de muitas cooperativas.

Hoje, ninguém pode ter mais dúvidas de que o agricultor paranaense pode organizar-se e orientar-se na busca das melhores soluções aos seus problemas. É um homem amadurecido no trabalho e nas suas relações sociais.

Para falar sobre a Cooperativa de Eletrificação Rural de Marechal Cândido Rondon é necessário relembrar alguns aspectos de sua origem e desenvolvimento.

Essa Cooperativa foi justo motivo de orgulho da região. Até o Presidente Ernesto Geisel compareceu às solenidades de sua implantação, transformando o acontecimento em exemplo da política necessária na eletrificação rural. Então era a bandeira com que alguns políticos se prestigiavam.

Logo depois, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL — não se sabe bem porque, ao apoiar esse tipo de cooperativismo decidiu fazer intensa propaganda (gastando muito nessa publicidade) para que os agricultores se entusiasmassem pelos eletrodomésticos. Quem não se lembra da estranha campanha: uma televisão gasta x de energia; um liquidificador gasta tanto; uma enceradeira consome tal...?

Ao mesmo tempo, a COPEL pregou às cooperativas que montassem uma seção de revenda aos associados de eletrodomésticos, levando-as a competir com o comércio regularmente estabelecido.

E assim, tornando mais complexas as atividades das cooperativas, que de imediato sentiram a reação empresarial, lançou-as em dificuldades gerenciais. E como se isso não bastasse, a COPEL iniciou uma campanha para sabotar os esforços das cooperativas, fazendo-lhes concorrência com recursos de eletrificação a "fundo perdido", de benefício de alguns poucos dentro da própria área das cooperativas. Essas concorrência desleal visava a anular a possibilidade de desenvolvimento das cooperativas ao mesmo tempo que mostrava interesses políticos na formação de linhas e o desejo de creditar-se em patrimônio e extensão de linhas.

Ora, essa política necessariamente teria que resultar num grande prejuízo para o Paraná. Prejuízo ainda não avaliado. Porque a COPEL tem responsabilidades maiores para com o Estado e não pode intervir e prejudicar ilegalmente os agricultores e suas cooperativas de eletrificação sem prejudicar o próprio

Paraná.

Foi preciso que se reagisse a esse estado de coisas. As cooperativas, a CECOERPA (que é sua central), as lideranças sociais conscientes, o INCRA e através dele o próprio Ministério da Agricultura, baseados na lei, provessessem a ilegalidade da ação da COPEL e a falsificação da política do governo estadual, que queria liquidar as cooperativas de eletrificação rural.

Senhores Deputados:

E dentro desse quadro que se deve ver as dificuldades da Cooperativa de Eletrificação Rural de Marechal Cândido Rondon, que teve todos os obstáculos ao seu desenvolvimento. Muitos homens honestos e capazes ali deram seu esforço que acabou sendo consumido por má gerência e por enganos políticos.

Pensando obter o apoio do governo estadual, as cooperativas e particularmente a Cooperativa de Marechal Cândido Rondon encontrou boicote a seus esforços. Créditos lhe foram fechados; providências sabotadas, para fazê-la naufragar.

Ingenuamente, seus dirigentes procuraram o apoio do deputado situacionista da região, mas este fazia jogo duplo; fazia corpo mole, fingindo prestigiá-la. Ao mesmo tempo, a COPEL e a equipe de governo na região queriam fazer fracasso da cooperativa de eletrificação a demonstração de que não era viável, e aproveitavam para caçar votos através da eletrificação da COPEL, com o dinheiro dos usuários aplicado junto com o "fundo perdido" dos cabos eleitorais.

O renascimento da Cooperativa de Eletrificação Rural de Marechal Cândido Rondon fará justiça aos abnegados agricultores que tomaram a si a tarefa de alto interesse público mas que não conseguiram realizar por falta de apoio e por dificuldades de comando que podem acontecer em qualquer atividade. Já sanados os desvios administrativos, ela renasce para ajudar o município no seu processo de desenvolvimento; para ajudar o Paraná através da eletrificação rural e do cooperativismo.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença, nas galerias de honra desta Casa, do Doutor Hemenegildo Barbosa Lima, ex-Prefeito Municipal de Joaquim Távora.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Lendo): "O território do Paraná está encolhendo ano por ano. Trata-se de encolhimento que redundará em graves prejuízos financeiros para o erário público e para a economia privada, sem que esteja tendo a compensação devida por parte da União e o reconhecimento por parte dos Estados tão prodigamente favorecidos.

Se não bastasse a ameaça de espulho que corremos com a invasão por parte do Estado de São Paulo de aproximadamente 50.000 alqueires de terras na região da Serra Negra outro grande problema nos aflige. Trata-se do potencial energético que está sendo devidamente explorado através da construção de usinas hidrelétricas ao longo dos rios Paraná e Iguaçu, assim como no Paranapanema.

É interessante observar que a COPEL tem participação secundária e obscura em semelhante plano de eletrificação, embora haja demonstrado o seu gabarito técnico com a construção da Usina de Salto Osório. Mesmo essa Usina, foi construída pela COPEL por delegação da ELETROSUL, empresa que se sedia em Santa Catarina.

Agora, a COPEL está em fase de assentamento das obras essenciais à construção de outra usina, a da Foz do Areia, assim denominada por ficar a 5,5 km da desembocadura do Rio da Areia no Iguaçu. É projeto de grande valor do ponto de vista da engenharia, porquanto dois túneis tiveram de ser abertos, com o diâmetro cada qual de 12 metros e com a capacidade de vazão de 5.000 metros cúbicos de água por segundo. Levanta-se, no

momento, a ensecadeira, com paredão de concreto de mais de 150 metros de altura, uma das maiores do mundo. Os túneis desviarão as águas do Iguaçu, e um indicativo de suas proporções está no fato de que, com a capacidade de vazão de 5.000 metros cúbicos por segundo, superam em muito o próprio rio, cuja vazão é de 3.242 metros cúbicos por segundo. A Usina da Foz do Areia irá produzir 2.250.000 quilowatts, devendo a primeira etapa entrar em funcionamento em 1980.

Apesar do gabarito técnico já comprovado, a COPEL se planta, no esquema da Eletrobrás, como empresa distribuidora de energia, tanto que os maiores empreendimentos no setor, dentro do Paraná, estão sendo estranhamente entregues à Eletrosul e às Centrais Elétricas de São Paulo (CESP), sobretudo para esta última.

Constitui semelhante atitude da Eletrobrás autêntico "CAPITIS DIMINUTIO" para os paranaenses, agravado pelo fato de que o Paraná, além de dispor de tecnologia adequada e, por direito, dever explorar seus recursos naturais, é o único Estado que não atingiu sequer a metade da sua capacidade de endividamento externo, tendo, pois, condições de obter os financiamentos necessários à execução do plano energético.

Como vemos, o nosso território é manipulado ao bel-prazer dos tecnocratas de Rio e Brasília, e, em nome dos altos interesses nacionais, empresas de fora, com gabarito tecnológico não superior ao da COPEL, recebem a concessão de estudos e construção das usinas hidrelétricas.

Não se justifica, por exemplo, que a Binacional de Itaipu tenha na presidência um homem acostumado às periódicas secas do Nordeste, mas pouco afeito às lidas com água... Não discutimos o seu valor pessoal: é provável que o tenha... Mas, em sendo a vultosa obra no Paraná, e em possuindo o nosso Estado legítimos talentos, inclusive na área militar, por que ter ficado relegado à posição secundária, com apenas um diretor que o representa pró-forma, já que as decisões vêm "de cima"?

Além de expoliados em nossas riquezas naturais, ainda somos menosprezados e relegados a posições subalternas, justamente para que não possamos sugerir, ou fazer, o aproveitamento melhor daquelas riquezas.

O pior, em tudo isso, é que os que poderiam defender os altos interesses do Estado emudecem, concordando com os atentados à nossa dignidade e à nossa autonomia. É que, para eles, mais convém, em função dos interesses pessoais, integrarem-se à turma do "amém" e do bate-palmas, louvaminhando os erros.

Antes que sejam deturpadas nossas palavras, esclareçamos, de uma vez por todas, que não somos contra a exploração, em favor do Brasil, dos nossos abundantes recursos hídricos.

Sabemos que o país produzia, em 1964, cerca de 7 milhões de quilowatts, e que, em 1976, atingíamos a casa dos 20 milhões de quilowatts. Sabemos, também, que há uma previsão de produção, para 1980, de 33 milhões, e, para 1985, de 51 milhões de quilowatts. Estima-se que, em 1990, estaremos produzindo, no total, de 80 a 85 milhões de quilowatts.

Se, em 1965, o consumo "per capita" era de, aproximadamente, 240 kw/ano, o que colocava o Brasil em 490 lugar no consumo de energia por habitante, elevou-se esse índice para, aproximadamente, 710 kw/ano/habitante. Não deixa de ser estimulante esse avanço, e temos de continuar lutando para que maiores áreas de população rural sejam cada vez mais beneficiadas, a fim de que a quase totalidade do Povo Brasileiro usufrua as vantagens do progresso. É que, nos países desenvolvidos, o consumo "per capita" varia de 2.500 a 3.000 kw/ano, e o índice de 710 kw, por nós apontado, está muito aquém, representando apenas 1/4 do consumo/ano por habitante daqueles países industrializados.

Grande parte da energia elétrica já produzida, ou a produzir, tem no Paraná a sua origem. Em a sua quase totalidade, advém da força hidráulica dos nossos rios.

E mais do que provável que nunca necessitaremos poluir

o nosso ar, as nossas águas e o nosso solo com centrais nucleares, como as que estão previstas para diversas regiões do país.

Orgulhamo-nos em poder ajudar o desenvolvimento econômico brasileiro, porque, da energia elétrica abundante e barata, depende a industrialização maciça, com o surgimento de vários polos, que contribuam para o aproveitamento dos produtos primários e que contribuam para o levantamento do nível de vida das populações, onde quer que eles se instalem.

Não temos o egoísmo de certa ala do empresariado, que pretende existam apenas dois centros geográficos industrializados no Brasil: um, o triângulo São Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte, e o outro, o eixo Salvador-Recife-João Pessoa. E nada mais, nem mesmo uma abertura para nós ou para o Rio Grande do Sul.

Se somos favoráveis ao aproveitamento dos nossos recursos hídricos, através da construção de usinas hidrelétricas, criticamos, com justificada veemência, a situação de inferioridade a que somos relegados. Não podemos admitir o esquecimento preconcebido, na realização dos estudos e na elaboração de projetos da espécie, dos talentosos homens do Instituto de Engenharia do Paraná e da nossa portentosa Escola Politécnica. Não podemos consentir que empresas de fora, como a Eletrosul e as Centrais Elétricas de São Paulo, venham para aqui, alijando a COPEL e para lucrar, à nossa custa, com as obras, que montam a centenas de milhões de dólares. Não podemos permitir que, em território nosso e no aproveitamento de recursos naturais nossos, se erijam empresas, mesmo transnacionais, com direção entregue a elementos do extremo oposto do país, e, portanto, inadequados para a função, por desconhecerem as características da nossa gente e do nosso meio-ambiente. São elementos difusos, desorientados, desinformados, quando, em seu lugar, poderíamos colocar técnicos mais aptos e mais ativos, porque mais conhecedores e mais integrados às peculiaridades da nossa região geo-econômica.

Não nos inflama o sentimento de um bairrismo estreito. A este, os que galgaram posições indevidas, ou que receberam contratos de vulto, haverá de opor a fórmula marota de que "tudo é Brasil", para iludirem os incautos, os que não trazem a malícia.

Trata-se, o nosso, de paranismo sadio, animado pela vontade de que os legítimos valores nossos tenham vez, e que empresas nossas, como a COPEL, possam dar a contribuição da sua tecnologia e da sua experiência.

Se os nossos governos houvessem reagido a seu tempo contra a intrusão, não estaríamos clamando, como agora, contra os incalculáveis malefícios de que o Paraná é vítima, por ter-se transformado no laboratório em que se fabrica a energia, que vai fazer prosperar e engrandecer áreas geo-econômicas distantes de nós.

Não vemos, por exemplo, a intromissão, no território do Estado de São Paulo, de empresas a ele estranhas, salvo a Light, de expressão pouco a pouco cada vez mais reduzida, e consequência dos erros da Primeira República. A COPEL ou a CEMIG jamais poderiam aspirar a concessão, para construção, no vizinho Estado, de usinas hidrelétricas. Mas, por seu lado, a Cia. Furnas e as Centrais Elétricas de São Paulo não têm a mínima contemplação: invadiram o Paraná, o Espírito Santo, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, numa ação que se poderia considerar, sem exagero, neo-colonialista.

Se "tudo é Brasil", permita a Eletrobrás, dirigida, esquisitamente, por um médico, e não por engenheiros, — que a COPEL, por exemplo, vá erguer usinas hidrelétricas em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, em São Paulo e em Mato Grosso.

A Eletrobrás não o permite, porém, — a comédia de erros tem implicações muito sérias com os interesses econômicos e políticos de grupos vizinhos do Estado. A Copel fica manietada, e o Paraná é quem sofre.

Construídas e administrativas pela COPEL, temos, dentre outras, as seguintes Usinas:

Em operação: U. Governador Parigot de Souza (Capivari-Cachoeira)

U. Apucarantina

U. Figueira (Termelétrica)

U. Mourão I

U. Júlio de Mesquita Filho (Cruzeiro do Iguaçu)

U. Salto Grande do Iguaçu

Em construção: U. da Foz do Areia

Em estudos: U. do Salto Segredo (Iguaçu)

U. do Cruzeiro (Iguaçu)

U. do Salto Caxias (Iguaçu)

U. do Salto Natal (Mourão)

A produção atual de energia elétrica da COPEL é de 3 milhões e 130 mil kilowatts.

Desses, 2 milhões e 940 mil kilowatts provêm de fonte hídrica, e 189,7 mil kilowatts de origem termo-elétrica.

A Eletrosul possui, em operação, a Usina de Salto Osório, e constrói, atualmente, a Usina de Salto Santiago, ambas no Rio Iguaçu.

A CESP (Centrais Elétricas de São Paulo) já está operando:

U. de Xavantes (Paranapanema)

U. Lucas Nogueira Garcez (Paranapanema)

U. Capivari (Paranapanema)

U. do Porto Primavera (Rio Paraná)

U. da Ilha Grande (Rio Paraná)

U. de Rozana (Rio Paraná)

Espera-se que seja suprido o futuro deficit energético mediante a complementação dos estudos e construção das novas usinas no baixo Iguaçu (Cruzeiro e Caxias) e no Rio Paraná (Ilha Grande, Porto Primavera e Rozana).

O problema da construção, em nosso território, de numerosas usinas hidrelétricas, como as do porte de Salto Osório, Salto Santiago e Itaipu, não restringe aos aspectos de intromissão de empresas de fora e de escolha, para cargos executivos de primeira grandeza, de elementos alheios ao nosso povo e ao nosso ambiente.

Existem outros ainda mais graves aspectos, dos quais resultam volumosos e inevitáveis prejuízos de ordem moral e material.

Refiro-me às consequências do alagamento de imensas áreas de terras úberes, que se encontravam em franca produção agrícola.

Verifica-se, através de estudos, qual a localização da usina e quais as dimensões do reservatório que deverá alimentá-la.

As áreas de terras são, então, desapropriadas pela empresa incumbida do projeto, para o que se lhes dá, para efeito de indenização, um valor, sempre muito abaixo do custo real corrente na região.

O pagamento da indenização sofre grandes retardamentos, em prejuízo do preço fixado, que se deteriorou.

Mas, antes mesmo do recebimento dessa indenização, o desapropriado se vê compelido a entregar as terras, porque o início das obras não pode esperar.

Agora, as consequências:

Não obstante mal pago, e não sabendo a data certa do recebimento do pagamento, o ex-proprietário pode, no entanto, planejar a aplicação desse dinheiro.

Prefere, quase sempre, aplicá-lo na cidade, em imóveis, para não tornar a ser vítima de outra e inesperada desapropriação.

Ele, de qualquer forma, se arranja.

O fato é que, com as obras da nova usina, sobretudo com o alargamento de grandes extensões, não se torna possível, ali, qualquer atividade econômica. Desaparecem a agricultura e a pecuária.

Há, forçosamente, queda apreciável na renda particular e pública diante da inoperosidade do solo.

A receita pública vai a zero na região, porque, não havendo produção, não há o que arrecadar.

Por outro lado, são menos alimentos para o país, e, portanto, perspectiva de escassez e de aumento do custo de vida, uma vez que a lei da oferta e da procura está presente.

Acabando-se os sítios e as fazendas da região inundada, os trabalhadores rurais e suas famílias se vêm compelidos a emigrar.

Emigrar para onde, porém? Emigram para as cidades, na esperança de obterem novos empregos com que garantir o sustento dos entes que lhes são caros.

Ocorre, todavia, um fenômeno: Essa gente, saída do campo, não possui habilitação profissional, para o exercício de empregos nos centros urbanos.

Em razão disso, quando muito, encontram sub-empregos, com salários miseráveis, muito abaixo de suas necessidades.

Sem capacidade aquisitiva e sem condições de arranjar moradia decente, essa larga faixa de população marginalizada multiplica as favelas onde quer que encontrem um terreno baldio, seja de propriedade pública, seja de propriedade privada.

A par do problema da precariedade de moradia, outros problemas, muito mais graves, vão surgindo.

Cresce a mendicância nas ruas e de porta em porta de casa; a prostituição se avoluma, vitimando, até, meninas impúberes, que buscam nela um meio de ajudar a subsistência da família esfomeada e doente; os menores abandonados se multiplicam, constituindo séria ameaça à população, porque, em breve tempo, a quase totalidade já enveredou para os caminhos da delinquência; as agressões, os assaltos, o roubo em residências e os crimes de morte se amudaram e se tornem praticamente imbatíveis.

O agravamento desproporcionado do problema social exige dos Poderes vultosos e imprevistos gastos no reforçamento do aparelho de segurança na construção de mais cadeias, de mais asilos, de mais abrigos para menores e mais hospitais para os que, subnutridos, enfermam com maior frequência.

Vemos, então, que, de um lado, cai a receita pública em face de construção de represas, havendo municípios que estão sobrevivendo por teimosia, porque perderam, em certos casos, a maior parte de uma superfície.

E vemos, por outro lado que, a par do decréscimo da renda pública, os governos são compelidos à execução de um programa social, que exige verbas enormes, para assistirem embora precariamente, às levadas de trabalhadores rurais, deserdados da sua profissão."

Tem o aparte o Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Nobre Deputado. Eu gostaria de solicitar o aparte a V. Exa. sem procurar truncar o brilhante pronunciamento feito nesta tarde por V. Exa.

Já tive a oportunidade em ocasião anterior de ocupar a tribuna desta Casa, para dizer que o programa do alagamento de grandes áreas do território estadual, devia ser uma causa que unisse parlamentares dos dois partidos, pois era o problema no meu entendimento, mais sério da economia do Estado, para a nossa geração.

Realmente, tem razão V. Exa. quando analisa as consequências gravosas para a economia estadual, do alagamento de uma área correspondente a cinco por cento do Estado do Paraná, o equivalente a toda área de terra agricultável no Estado de Israel, que alimenta mais de oito bilhões de habitantes daquele território.

Não há dúvida, nobre Deputado, que o Governo Federal deve dar de uma forma ou de outra, uma compensação ao Estado do Paraná.

Temos lutado por isso.

Quando solicitamos a ferrovia da soja também entendemos que ela é necessária, não só para transportar a intensa produção agrícola do Oeste e Sudoeste do Paraná, mas também porque seria uma espécie de compensação do Governo Federal, pela inundação da área de terra, pela perda do ICM, pelo êxodo rural que causa o problema que V. Exa. aborda com tanto brilhantismo e que faz com que populações sem habilitação profissional suficiente, venham engrossar o contingente sub-humano de habitantes dos grandes centros transformando as maiores cidades do Paraná, em verdadeiras megálópolis com todas as consequências negativas que se sabe, de cidades superpovoadas como Chicago, nos Estados Unidos e São Paulo no Brasil.

Acredito, nobre Deputado, que o seu pronunciamento, exatamente por este motivo é muito oportuno.

Eu, pessoalmente, pensei em requerer uma comissão especial para analisar este problema e ainda não fiz requerimento, que espero que na CPI de Economia, da Desparanização, não possamos analisar o problema com toda a profundidade que o assunto requer.

Como compensações, o Governo Federal por exemplo poderia financiar a implantação de eixos industriais na região Norte do Estado, Londrina, Maringá, na região Sudoeste, Oeste, Cascavel e Francisco Beltrão; na região Curitiba-Ponta Grossa, ou mudar a sistemática da Legislação em vigor, do imposto único sobre geração de energia porque esse imposto dá ao município e ao Estado apenas 0,5 por cento da geração, do custo da geração em Kwas. Há inclusive, sobre este assunto um pronunciamento e um projeto em andamento no Congresso Federal, de autoria do nobre Deputado Cleverson Marinho Teixeira.

Acredito, portanto, que V. Exa. abrilhanta esta Assembléia, com o brilho de sua inteligência, com a sua análise profunda do problema, e me parabeno com V. Exa. por ter trazido mais uma vez a esta Casa um assunto de tamanha importância à economia estadual.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradeço o brilhante aparte de V. Exa., e, ao final deste pronunciamento iremos justamente apresentar uma série de sugestões, algumas das quais já citadas por V. Exa. em seu aparte. (Continua Lendo):

“Eis a síntese do quadro:

1. O sitiante e o fazendeiro são desapropriados de suas terras férteis, em favor da construção da usina hidrelétrica;

2. Empresa de fora fica incumbida, pela Eletrobrás, dos estudos e da execução do projeto, motivo pelo qual trata de avaliar, por muito baixo, as terras desapropriadas.

Para agravar o mal, atrasa, em mais de ano, o pagamento da indenização.

3. O alagamento das áreas significa queda da produção agrícola e pastoril, com graves reflexos na política de alimentação e no custo de vida, cada vez mais alto.

4. A queda de produção importa em queda das rendas particulares e pública, ao mesmo tempo que acarreta o desemprego em massa.

5. Os trabalhadores rurais rumam para as cidades, mas, não capacitados profissionalmente, vivem de “bicos”, contribuem para a proliferação das favelas, e são fatores de elevação dos índices de mendicância, de prostituição e de criminalidade.

6. Os governos são obrigados, por força disso, a investir grossas verbas em cadeias, entidades assistenciais e ampliação e modernização do organismo policial, para poderem enfrentar os problemas dos menores abandonados, dos bandos de mendigos, das meninas e moças que passam a dedicar-se ao meretrício e dos assaltantes, dos assassinos e dos traficantes de tóxicos que pululam nas ruas e em todos os cantos.

Diante desse quadro constrangedor, resta-nos a pergunta:

Que lucra o Paraná com a construção de usinas hidrelétricas, cuja energia produzida não tem condições de absorver?

No concernente à avaliação das terras, para efeito de indenização da área e das benfeitorias, vejamos as considerações tecidas, por exemplo, pelo engenheiro Telmo Thompson Flores, presidente das Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul), com respeito à indenização das famílias que estão se retirando da região da Usina Salto Santiago:

“O critério (de avaliação) consiste em classificá-las (as terras) de acordo com a acessibilidade e capacidade de uso, resultante de vários fatores, tais como fertilidade, profundidade, permeabilidade, pedregosidade etc.

Para as pastagens, o custo final de sua formação é determinado pela composição dos custos dos diversos estágios e padrões utilizados na região, tais como roçada, queima de mato, destoca, preparo de terrenos, semente e plantio, considerando-se ainda o tempo suficiente para que as pastagens da região tenham uma boa capacidade de suporte (cabeça de gado por hectare).

Para as benfeitorias, procedido o levantamento “in loco”, de todos os seus detalhes, determina-se o valor da construção, ponto de partida para o cálculo do custo de remoção, onde são considerados os seguintes fatores: mão-de-obra para demolir, mão-de-obra para construir e quebra de materiais.

Os valores considerados para as avaliações são obtidos através de pesquisas realizadas junto às Prefeituras, agências de renda, bancos, jornais, imobiliárias e cartórios de registro de imóveis”.

Esta, a parte teórica, ponto de vista da Eletrosul.

Vejamos a parte prática, segundo depoimentos dos atingidos.

São mais de mil famílias prejudicadas.

Muitas delas não possuem título definitivo de propriedade, mas vivem na gleba há muitos anos, da qual dependem para o sustento dos seus.

As indenizações estão sendo feitas apenas sobre as benfeitorias, e, ainda, assim, como avaliação muito abaixo da realidade.

Falava-se que o alagamento se iniciaria em dezembro de 1978, mas em outubro a área terá de estar livre, de modo que não haverá tempo para a colheita da safra, o que representará considerável prejuízo para a economia privada e pública. E esse prejuízo a Eletrosul não cobre.

Vejamos o que aconteceu com a Usina de Capivara, no Rio Parapanema, quando onze municípios paranaenses tiveram boa parte de sua superfície completamente inundada, — nada menos de 515 km², no total.

As centrais Elétricas de São Paulo (CESP) haviam prometido, igualmente, que as comportas seriam fechadas em prazo suficiente para a colheita de mais de um milhão de toneladas de soja, além de muitos outros produtos, na região.

A antecipação no fechamento das comportas de Capivara redundou na perda total da safra, de pouco adiantando os rogos e os protestos.

Afora disso, as terras, como as de Primeiro de Maio, das mais valorizadas do Estado, foram avaliadas a preços ridículos pela CESP, menos de um terço do seu valor real.

E, mais de um ano depois da desapropriação e da entrega dos imóveis, os proprietários não haviam sido ainda indenizados, sem que tivesse havido a compensação, em juros e correção monetária, da erosão inflacionária sobre os preços já propositalmente aviltados.

Cabe, aqui, a transcrição de um comentário da “Gazeta do Povo”, de 26 de janeiro de 1976:

“A questão de terras privadas, desapropriadas por concessionárias de energia elétrica ligadas a outros Estados, é um dos principais problemas atuais do Paraná.

Porque o assunto deve ser considerado além de sua repercussão no campo do direito civil, passando a constituir

questão de indagação política a nível de Estado federado.

"Informa-se que boa parcela das terras agricultáveis do Paraná deverão desaparecer sob as águas de uma série de hidroelétricas, a construir ou em construção ao longo do Rio Paraná, muitas delas sob iniciativa de uma empresa concessionária do Governo do Estado de São Paulo.

"Mas, os processos de indenização estão sendo injustos com os agricultores prejudicados.

Porque há um desnível de relações contratuais entre as duas partes: um lado, uma poderosíssima empresa pública, doutro, modestos lavradores do interior.

"Os observadores paranaenses acham que é irregular o relacionamento, teoricamente igual, entre um corpo jurídico dos mais preparados e bem pagos do país, a serviço da CESP, e, doutro lado, agricultores representados por advogados do interior, levando a causa a juizes ainda no início de carreira.

Se formalmente as posições estão corretas, socialmente elas se desequilibram a reclamar a intervenção do poder político do Estado do Paraná.

"É que a reiteradamente criticada posição da CESP no pagamento da indenização de terras aráveis pode levar a um foco de tensão social prejudicial à Nação Brasileira.

É preciso que o Governo do Paraná reclame perante a União Federal, com urgência, a necessidade de correção desse desequilíbrio, que se afigura um antagonismo à consecução dos objetivos nacionais.

"Que o Governo do Paraná chame o problema à sua alçada de fato: a esfera política federativa.

Declarando, desde logo, um embargo sobre quaisquer obras em andamento, ou projetadas, e obtendo junto aos poderes da União — seja através de iniciativa de projeto de lei da Bancada do Paraná no Congresso, ou ato do Poder Executivo a declaração formal de que qualquer projeto comum a mais de um Estado só pode ter início após o pagamento de prévia e justa indenização em dinheiro.

"Deixar o assunto à espera do direito privado é um meio cômodo de esperar o avolumamento de um estado de injustiça, com repercussões de ordem política e social perigosas".

Ao que nos consta, nenhuma iniciativa oficial se tomou na época, em atenção ao judicioso, sensato e oportuno comentário do brilhante matutino curitibano, tanto que os desapropriados foram prejudicados da forma que sabemos e que já relatamos, assim como houve o êxodo de centenas de famílias da privilegiada zona agrícola.

A Usina de Capivara foi solenemente inaugurada a 11 de março do corrente ano, com a presença do General Ernesto Geisel, e dos Governadores de São Paulo e Paraná, sem que, na propícia ocasião, fosse levantada, junto ao Presidente da República, a momentosa questão do saneamento dos prejuízos econômicos, tributários, sociais e políticos, derivados da minivalorização das terras e das benfeitorias de áreas que deixaram de produzir.

Sintomática e significativa a notícia divulgada pelo jornal "Estado de São Paulo", em sua edição de 12 de setembro corrente, que comprova o descaso da CESP até mesmo com os proprietários paulistas. Ei-la:

"O Tribunal Federal de Recursos decidiu ontem que as Centrais Elétricas de São Paulo S.A. deverão pagar seis milhões de cruzeiros pela desapropriação de terras, para a formação do reservatório da Usina da Promissão, no rio Tietê.

A CESP havia oferecido a Ary Castilho Salvino, proprietário da área de 412,88 hectares, pouco mais de Cr\$ 112.400,00 mais 55 mil pelas benfeitorias.

"Inconformado, o proprietário recorreu contra a decisão do Juiz Federal de São Paulo, e conseguiu que o TFR elevasse de 4 milhões e 800 mil cruzeiros para 6 milhões o valor da indenização, fora juros e correção monetária."

Quantos, porém, no Paraná, estão em condições de enfrentar o departamento jurídico de empresas poderosas? Quantos deles poderão acompanhar de perto a tramitação do processo nas diversas instâncias?

Quantos deles terão fôlego e suporte financeiro para aguardar o demorado desfecho da demanda?

Do levantamento feito de usinas em operação, em construção e em fase de estudos, temos idéia aproximada das áreas que, no território paranaense, irão sofrer, ou já estão sofrendo, o flagelo dos alagamentos.

Citemos algumas:

Na "zona litorânea", serão quatro os aproveitamentos, com área inundável de 195 km².

Na "bacia do Ribeira", serão os aproveitamentos, com área inundável de 85 km².

Na "bacia do rio Paranapanema", — sem contar as já existentes usinas de Xavantes, Ourinhos, Salto Grande, Capivara e Apucarantina I, — serão mais dez os aproveitamentos, com áreas total inundável de 978,4 km².

Na "bacia do Rio Paraná", Itaipu vai inundar, no lado do nosso Estado, 780 km², e mais 600 km² no Paraguai, totalizando 1.380 km².

Mas, a Eletrobrás já autorizou a CESP a realizar estudos para construção das usinas da Ilha Grande Baixa, com área inundável de 1.370 km², Porto Primavera, acima da Ilha Grande Baixa e Rosa, na confluência do Paraná e Paranapanema, sem que tenhamos dados sobre a superfície a ser inundada pelas duas últimas usinas.

Na "bacia do Rio Ivaí", além da Usina Mourão I, estão previstos outros três aproveitamentos, com área inundável que totalizará 561,6 km².

Na "bacia do Rio Piquiri", serão dois os aproveitamentos com área inundável de 395 km².

Nada temos sobre a "bacia do Rio Tibagi", mas sabemos da existência da Usina de Mauá, empreendimento particular, e estudos para sete outros aproveitamentos, sem o conhecimento da área inundável.

Na "bacia do Rio Iguaçu", temos, já em operação, a Usina de Salto Santiago, com área inundável de 210 km²; a de Salto Osório, com área inundável de 56 km²; em construção, a Usina da Foz do Areia, com inundável de 225 km².

Espera-se, como próximo aproveitamento, o Salto Segredo, com área inundável de 98 km², além de aproveitamentos, no baixo Iguaçu, de Cruzeiro, sem especificação de área inundável, Caxias, com área inundável de 62 km², e Capanema, com área inundável de 90 km².

Essas superfícies alagadas aumentarão a partir de 1.990, porque algumas represas serão ampliadas.

Segundo as previsões, vamos ter, em 1.990, "nada menos de 6.497, 5 km quadrados de áreas inundadas, podendo ultrapassar os 8.000 km², se houver o aproveitamento de alguns tributários do Iguaçu e de outros rios, como já está em cogitação.

Ora, se o nosso território, — consoante Reinhard Maack, — é de 201.203 km², verificamos que, em 1.990, estaremos perdendo dele cerca de 3,3 a 4 por cento.

Mas, no cálculo de outros geógrafos, o nosso território não ultrapassa de 199.554 km², o qual implica no aumento da percentagem de território encolhido para quase 5 por cento.

Vejamos, agora, em termos de produção, o que é que o Estado do Paraná perde, embora as estimativas sejam por baixo, e haja sido tomada, como base de cálculo, a área de 6.497 km²:

Produção anual de 1 milhão e 300 mil toneladas de soja;

Produção anual de 900 mil toneladas de trigo;

Produção e criação, nessa área, de 1 milhão e 350 mil cabeças de gado, num rebanho aproximado de 6 milhões.

Convertida a produção agrícola, ou a produção pecuária, em cruzeiros, pelos preços atuais, ter-se-á idéia exata dos

prejuízos que estará sofrendo a economia paranaense. Já não contamos aí a oscilação, para cima, dos preços de cada produto, por conta da inflação e por conta da valorização natural de cada qual de per si, por força da valorização das terras remanescentes, até o ano de 1.990.

Fácil de constatar o lucro anual cessante para a economia privada e a queda da renda pública sobre tão considerável volume de produção.

Haverá, paralelamente, o fenômeno da carestia de alimentos e da conseqüente majoração do custo de vida, com graves reflexos políticos, sociais e econômicos no seio das classes menos favorecidas.

Sobre o cotejo dos outros males já falamos: congestionamento das cidades, aumento dos índices de desemprego e da delinquência, etc. etc.

Quem nos paga, pois, todo esse incalculável prejuízo? São Paulo, o maior beneficiário de nossas usinas hidrelétricas?

A União, que vê cumpridos os fins desenvolvimentistas, previstos em seus planos quinquenais?

Diz o art. 10., da Emenda Constitucional no. 1, que "O Brasil é uma República Federativa, constituída, sob o regime representativo, pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios".

Os constitucionalistas nacionais e estrangeiros pregam que o regime federativo implica na autonomia político-administrativa e na integridade territorial de cada unidade federada, no caso os Estados, o Distrito Federal e os Territórios.

Ora, com a intromissão da CESP, Furnas Centrais Elétricas e Eletrosul na realização de estudos, elaboração de projetos e construção de usinas hidrelétricas, bem como da construção de redes de transmissão, para exploração comercial por ela da energia elétrica por nós produzida, transformamo-nos, praticamente, em terra de ninguém, onde as violações territoriais e as ofensas à nossa autonomia são permanentes.

Tudo é feito com descaso, com menosprezo, com injúria até!

Se ainda fosse a COPEL a distribuidora única dessa energia, ao invés de sofrer a concorrência da Eletrosul e das Furnas Centrais Elétricas, enguliríamos, talvez, a doirada pílula.

Mas, tal não se dá.

As Furnas, por exemplo, estão incumbidas da construção de 4 circuitos de 750 mil volts., entre Itaipu e o Ponto Intermediário I, em Campo Mourão, como 2 circuitos, — um de 165 e outro de 175 km, entre Salto Osório, Salto Santiago e Foz do Areia a Campo Mourão.

Estenderá esses circuitos ao Ponto Intermediário II, em Itaporanga, Estado de São Paulo, numa extensão de 266 km e, dali, à Subestação de Tijuco Preto, da CESP, distante mais 313 km.

Entramos com os recursos hídricos, com as terras alagadas, perdemos a produção agro-pecuária, somos lesados em nossa economia e passamos a enfrentar problemas sociais, antes de menor gravidade, e, no entanto, de nada participamos.

Não ganhamos nem mesmo o vulgar "muito obrigado".

A União, por sua vez, decreta, sob o regime em que vivemos, a utilização dos nossos recursos naturais, sem dar-nos nada em troca.

Negou-nos até o ramal ferroviário — Guarapuava-Foz do Iguaçu, cuja construção é do seu próprio interesse.

Souu a hora do Paraná reagir às injustiças e à exploração. Tem de ser reação lúcida e enérgica.

Em primeiro lugar, temos de exigir uma demonstração de boa vontade da parte de São Paulo, através de sua desistência, para sempre, de disputar-nos a área supostamente litigiosa da Serra Negra.

Deve devolver-nos os territórios ocupados "manu militari" inclusive a parte que nos pertence de direito sobre o maliciosamente engendrado Parque Florestal de Jacupiranga, e re-

tornar, para trás da Serra Negra, que continuará sendo a linha demarcatória, tal qual a indicou o Laudo Epitácio Pessoa.

As relações cordiais, de povo para povo, precisam sensibilizar igualmente as esferas burocráticas, mas, acima de tudo, deve imperar, nestas, o respeito mútuo.

Sabemos que o art. 168 da Emenda Constitucional no. 1 diz, no parágrafo 2o.:

"É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra; quanto as jazidas e minas, cuja exploração constitui monopólio da União, a lei regulará a forma da indenização."

O parágrafo 3o. do mesmo artigo acrescenta:

"A participação de que trata o parágrafo anterior será igual ao dízimo do imposto sobre minerais".

O art. 169 é taxativo, em relação ao petróleo:

"A pesquisa e a lavra de petróleo em território nacional constituem monopólio da União, nos termos da lei".

Com base, entretanto, nos mandamentos da Emenda Constitucional no. 1, a Petrobrás, por medida de equanimidade, tem pago aos Estados e Municípios, produtores de petróleo e derivados, uma certa percentagem.

Se não estamos enganados, ao Estado cabem 8 por cento e aos Municípios, 2 por cento, sobre o volume bruto obtido nas jazidas em seus territórios.

Ora, o problema energético se assemelha.

Vejamos o que diz o art. 168, em seu parágrafo 1o.:

"A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais "e dos potenciais da energia hidráulica dependerão de autorização ou concessão federal", na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País."

Em sendo concessão federal, e em explorando-se os recursos hídricos de Estados e Municípios, — prejudicados, acima de tudo por alagamentos de áreas de terras fertilíssimas e grandemente valorizadas, — justo, a nosso ver, que aquelas unidades sejam indenizadas, mediante o recebimento de determinada porcentagem sobre a receita bruta das usinas em operação nos seus territórios, ou quando esses territórios tenham sido, parcial ou totalmente, submersos, para dar lugar às represas, de que as usinas hidrelétricas necessitam.

Aliás, o art. 26, da mesma Emenda Constitucional no. 1, faz abertura em tal sentido, quando declara:

"Art. 26 — A União distribuirá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

II - sessenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre energia elétrica, mencionando no item VIII do art. 21;

III - parágrafo 1o. — a) — nos casos dos itens I e II, proporcional à superfície, população, produção e consumo, "adicionando-se, quando couber", no tocante ao item II, "quota compensatória da área inundada pelos reservatórios".

Entendemos e louvamos a intenção do legislador, quanto à remuneração pelos prejuízos advindos com o alagamento.

Mas, isso não é suficiente, mesmo porque não podem prevalecer, no caso, os critérios de superfície total do município, população, produção e consumo.

Há municípios, por exemplo, que perderam mais da metade de sua área.

Conseqüentemente, perdem parcelas de população, que migram, como decaem a produção e o consumo locais.

Os critérios da Petrobrás são mais justos e mais realistas, embora achemos que as percentagens deveriam ser mais elevadas, tanto para o Estado como para os Municípios produtores de petróleo.

Somos de opinião de que o Governo Federal, por intermédio da Eletrobrás, deveria estabelecer, com relação aos Estados e Municípios produtores de energia elétrica, os seguintes critérios, sobre a renda bruta da energia exportada para outros

Estados:

Estado 15 por cento
Municípios 10 por cento

A alíquota de 10 por cento, destinada aos Municípios, seria a estes distribuída proporcionalmente à participação de cada qual no processo de produção energética.

Falamos de "participação no processo de produção energética", porque, não raro, fatores outros intervêm nesse processo, e não apenas o simples alagamento de áreas.

Temos, por exemplo, o fenômeno do irresistível e quase insuportável aumento do custo de vida em Foz do Iguaçu, em consequência das obras de Itaipu.

Uma casa de madeira, com sala, 2 quartos, banheiro e cozinha, era alugada a 300 ou 500 cruzeiros mensais, mas, hoje, essa mesma casa, não é alugada por menos de 15 a 20 mil cruzeiros.

Tem-se, por aí, idéia exata do ônus que pesa sobre a população local com a obra de Itaipu, que vai beneficiar outros Estados e não o do Paraná.

É justo, pois, que haja uma espécie de ressarcimento em obras públicas federais de envergadura em todo o nosso território, assim como é justo que o Governo Estadual e que as Prefeituras atingidas por esse ônus recebam compensação em dinheiro, para suas despesas e para a execução de melhoramentos diversos.

Na exposição que ora acabamos de fazer, provamos fatos variados e incontestáveis:

- a) A construção de usinas de hidroelétricas em nosso território, para abastecimento energético de áreas geográficas industriais estranhas ao Paraná, traz-nos prejuízos incalculáveis no campo econômico, tributário e social;
- b) A entrega das obras a empresas de fora, — CENTRAIS Elétricas de São Paulo, Furnas Centrais Elétricas e Eletrosul, — e não à COPEL, implica em atentado à nossa autonomia político-administrativa e em violação da integridade territorial do Paraná;
- c) Com 6.500 km² de terras agricultáveis, e de altíssimo valor por alqueire, a serem inundados até 1.990, o Paraná e os Municípios, onde estão surgindo as usinas e as represas, estão assistindo à paulatina queda na produção agro-pecuária, e, portanto, de sua receita pública;
- d) A exemplo do que faz a Petrobrás, a Eletrobrás deve fixar claramente as alíquotas de 15 por cento e 10 por cento, respectivamente sobre a receita bruta da energia elétrica saída do Paraná, a título de compensação ante as perdas que sofrem, cumprindo-se, assim, de maneira justa, o que estatui já a letra a, do parágrafo 1.º, do item III, do art. 26, da Emenda Constitucional número 1.
- f) Para o competente estudo e aplicação desta proposição, urge que, com a aprovação da Casa, seja ela encaminhada aos Exmos. Srs. Presidente da República, Ministro de Minas e Energia, Ministro da Fazenda, Ministro-Secretário do Planejamento, Ministro de Indústria e Comércio, Presidente da Eletrobrás, e, para tomada de conhecimento da matéria, aos Exmos. Srs. Governadores de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e, obviamente, do Paraná.

Estamos certo de que exprimimos o real sentimento do povo paranaense em face do complexo e grave problema, de tão magna importância para todas as regiões do Estado.

Estamos certo de que esta Casa, tão atenta na defesa dos mais altos interesses coletivos, há de apoiar-nos, patrioticamente, na iniciativa, com vistas aos inumeráveis benefícios que, do

seu atendimento, resultarão para toda a população do Paraná.

Estamos certos, por fim, de que o Governo Federal, após análise minuciosa, desapassionada e séria, — acolherá nossa iniciativa, fixando, de vez, alíquotas definidas sobre a renda bruta da exportação de energia, em valor do Estado e dos Municípios, no País, que sofrem danos com a construção das usinas hidrelétricas.

Não pleiteamos o benefício tão somente para o Paraná, e, sim, para todos os que estejam no mesmo caso que o nosso.

Se assim o fazemos, fazemo-lo inspirado no mais comum sentimento de equanimidade e de justiça.

Com a imposição das citadas alíquotas, haverá distribuição mais larga de vantagens, porque se, em áreas de outros Estados, a industrialização terá novo impulso, as sacrificadas populações das regiões inundadas também ganharão a sua parte, através de melhoramentos públicos de nomeada, só possíveis com recursos financeiros de vulto.

Confiamos no elevado critério e no espírito de civismo dos homens que integram o Governo Federal, ao examinarem a questão, ora posta.

Se o Paraná contribui tão decisivamente para a política de desenvolvimento do Brasil, merece receber compensações à altura, em obras públicas federais e em dinheiro, como merece mais respeito e maior consideração, de parte do Governo".

Sr. Presidente. se V. Exa. me permitir, eu concederei, com a maior satisfação, o aparte ao ilustre Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Maurício Fruet.

V. Exa. analisa, com muita precisão, o problema que ocorre em nosso Estado.

Felizes foram aqueles que, em São Paulo, puderam impetrar uma ação, em juízo, para poderem receber mais, como diz a população.

Infelizes são os paranaenses que, mesmo ricos, não podem, sequer, entrar com uma ação em juízo, como está ocorrendo em Salto Osório, que não foi analisado por V. Exa., pois os habitantes de Salto Osório, nem sequer títulos de propriedade, os proprietários tinham.

E, ainda na última sexta-feira, conversei com um fazendeiro daquela região — em sua fazenda, e ele me afirmava que, de seu terreno, 110 alqueires foram inundados e ele não conseguiu entrar com uma ação em juízo, porque o INCRA não lhe dá o documento.

o INCRA não dá o documento, porque a terra está inundada; a ELETROSUL não paga porque o INCRA não dá o documento.

Como se fossem dois países diferentes. E lá estão, a igualdade desse grande proprietário, estão centenas de pequenos proprietários, perdendo tudo.

O absurdo, é sempre conveniente lembrar à Casa, que o absurdo vai mais longe e já foi denunciado nesta Casa — A ELETROSUL, teve o disparate de depositar, em juízo, um milhão e novecentos mil cruzeiros, em números redondos, para todas as desapropriações de cerca de 200 km², de área daquela região; ao mesmo tempo em que gastava quatro milhões de cruzeiros para fazer uma hospedaria para receber o Sr. Presidente da República, por apenas um dia, no dia da inauguração.

E este País que está sob a moral de uma Revolução, moral entre aspas, não teve ninguém mais alto do que nós, que apenas podemos protestar, para dizer que isto é um absurdo.

Lá estão os proprietários*, sem receber o que de fato, lhes pertence.

Está lá uma hospedaria que custou quatro milhões de cruzeiros para um dia do Sr. Presidente.

Não é a noite do meu bem, do ilustre Governador; seria o dia da inauguração do Sr. Presidente que, por sinal, não saiu

porque não pode lá aterrisar, porque chovia.

Mas vai mais longe, Sr. Deputado, o problema paranaense: — há uma grande indagação se devemos continuar gerando energia para o Paraná, porque enquanto nós estamos a fazer empréstimos e a usar dinheiro do povo paranaense para gerar energia para nós, paralelamente, a isso, milhões de quilowatts são gerados dentro do nosso Estado e todos eles exportados para outros Estados. Mas, mais grave do que esse, talvez, seja um dos fatos mais graves, enquanto nós estamos com o nosso território inundado, e sendo obrigados a gerar energia própria, os outros Estados estão usando esse dinheiro que nós estamos usando para gerar energia própria, estão usando em distribuição; e é por isso que Santa Catarina, Estado mais pobre que o Paraná, tem eletrificação rural em quase todos os municípios, a preços muito baixos.

É por isso que o Rio Grande do Sul está com a sua eletrificação rural quase completada, em seu Estado, a preços baixos; é por isso, que o povo paranaense, para ter um kw em sua propriedade rural, tem de pagar cinco, seis mil cruzeiros, quando não essa importância não vem a ser maior.

Quer dizer, se descapitaliza de um lado, por ter de gerar energia num Estado que fornece energia para todo o Sul do País. Por isso, é que V. Exa. tem toda a razão e daqui a alguns minutos, iremos, inclusive, discutir um projeto, tipicamente, desses dias que correm, o centralismo deste País. Nada adianta discutirmos EMATER, nada adianta discutirmos PLANASA, porque tudo vem de cima e este projeto da EMATER e, há pouco ainda discutíamos o problema, é uma imposição do Governo Federal, sob pena de não recebermos recursos do Estado mais agrícola deste País, não recebermos mais recursos do Governo Federal. Por isso que temos que aprovar a tal de EMATER, porque é uma imposição e, ninguém grita, a não ser nós, que temos uma voz limitada. E é por isso que nós fomos, inclusive, proibidos de entrar num pedaço do território paranaense e, isto foi admitido pela Presidência desta Casa, num dos dias mais rumorosos deste Estado quando o próprio Presidente desta Assembléia ao tentar não receber o requerimento do Deputado Fidelcino Tolentino, disse que dificilmente nós conseguiríamos entrar nas obras de Itaipu. E é por isso, que logo depois eu disse que iria requerer ao ilustre Presidente da democrática, entre aspas, República do Paraguai, um pedido para que através do Presidente Stroessner, nós conseguíssemos entrar dentro do nosso Estado.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço o aparte de V. Exa., e encerrando eu diria uma frase de Millor Fernandes: "Quem pode, pode. Quem não pode, legisla".

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Esta Presidência lamenta informar que já se esgotou o tempo do Deputado Maurício Fruet, que está na tribuna.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Eu só gostaria de responder ao Deputado Maurício Fruet, dizendo que: "Quem pode, faz. Quem não pode, legisla".

O SR. MAURÍCIO FRUET — Eu agradeço a gentileza.

Encaminho, Sr. Presidente, requerimento solicitando o envio do pronunciamento às autoridades ali nomeadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Eu queria pedir desculpas ao Deputado Edilson Alencar, por termos omitido seu nome, visto que o mesmo estava inscrito como quinto orador, no Pequeno Expediente. Portanto, aqui ficam as nossas desculpas ao Deputado Edilson Alencar.

Consulto a liderança do MDB, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Ocupará a tribuna, no horário do Movimento Democrático Brasileiro, o Deputado Edilson Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra,

no horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, ao Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Município de Roncador é o afilhado pobre deste Estado. Até a educação é pobre, sem assistência do Governo do Estado. Os professores do primeiro grau, naquele município, são abnegados, realizam promoções culturais e recreativas com sorteios, para angariar recursos para o seu ginásio.

O Paraná é afortunado, porque tem funcionários capazes de tanta dedicação. Mas o Paraná tem um governo rico para tanta coisa, nem sempre prioritária, mas a educação não é o seu principal interesse, principalmente depois que delegou funções muito pesadas para os municípios e ficou com a política da educação.

Os municípios do Paraná pagam a água e esgoto da SANE-PAR; os municípios deste Estado pagam a energia elétrica cara da COPEL; os municípios do Paraná pagam as linhas e tarifas dos telefones da TELEPAR; os municípios do Paraná receberam o presente de grego da educação de primeiro grau e ficaram atrelados às decisões do governo estadual, sendo eles os que mais gastam em educação.

O Paraná é um Estado deseducado politicamente falando. O Paraná está sendo mal educado e os municípios têm uma educação pobre. O ginásio que funciona em Roncador é da Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, que deveria ter apoio do governo. Entretanto, há seis meses os professores não percebem seus vencimentos e tudo indica que deverão fechar o estabelecimento, pois a Secretaria da Educação não se interessa pela educação em Roncador, talvez porque sendo um município de 30 mil habitantes não tenham um padrinho influente; ou não tenha a pressão da comunidade empresarial — a que é tão sensível o Governo do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê):

"Roncador não tem ginásio estadual. Não tem, não é por causa da Lei 5692, pois que o Brasil todo está sabidamente ignorando essa malfadada lei. Não tem cabos eleitorais influentes, pois só assim a Secretaria da Educação faz exceções à Lei 5692.

Existe um curso técnico-comercial particular.

O Ginásio da CNEC funciona no prédio do Grupo Escolar, em condições não muito satisfatórias, mas conforme pode ajudar a Prefeitura. Tem mais de 300 alunos matriculados e que desejam sair da ignorância rural para aperfeiçoar-se e contribuir para o desenvolvimento de um município que até hoje não teve apoio decisivo de parte do Governo.

Mesmo improvisadamente, o ginásio passou a ser o caminho do desenvolvimento educacional do município, a porta de acesso ao saber e ao estudo superior para muitos.

E as mazelas da Secretaria de Educação, até mesmo na contribuição mínima de pagar professores, estão ameaçando a continuidade dessa escola.

O povo está muito preocupado com a situação e alguns, mesmo, desejam afirmar sua contrariedade, montando cartazes na entrada da cidade. Talvez, dizendo: "Povo muito educado, apesar do Governo do Estado".

Tem o aparte, o Sr. Deputado Antônio Facci.

O Sr. Antônio Facci — Deputado Edilson Alencar.

Conheço os problemas do Ginásio de Roncador, mantido pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, como participo também dos problemas de várias outras escolas mantidas pela mesma Instituição.

Em verdade, no Norte do Paraná, este sistema de manutenção de escolas não foi muito bem sucedido. A CNEC que tem uma tradição neste País e até mesmo, é considerada a maior instituição de ensino particular da América Latina, peca em nossa região na manutenção de suas escolas. Desde 1968, participo como cenecista, fundando algumas escolas, fui Presidente de um setor local em Maringá; participei da criação de várias escolas na região. Mas, hoje, até mesmo pela existência da Lei

5692, estas escolas em distritos de pequenos municípios perderam totalmente a viabilidade. Senão vejamos o que ocorre em Maringá: as sedes distritais, caso de Floriano e Iguatemi, que têm escolas celecistas, não foram aquinhoadas com escolas estaduais ou municipais, que atendessem da primeira à oitava série. No entanto, a zona rural de Maringá, durante a administração Sílvio Magalhães Barros, foi atendida e está sendo atendida por escolas de primeiro a oitavo grau. Então, alguém que mora no Bairro Pinguim, por exemplo, próximo a Floriano, zona rural, tem seus filhos, em condições de estudar do primeiro ao oitavo ano, do primeiro grau, gratuitamente, com escolas mantidas pela Prefeitura. No entanto, o cidadão que reside próximo ao Distrito, ou da sede do Distrito, tem que pagar a escola para seus filhos.

Roncador parece ser mais feliz, do que Floriano, porque está com professores celecistas, apenas há seis meses sem receber. E Floriano, segundo informações, principalmente divulgadas pela imprensa, já está há mais de dez meses aquela escola sem pagar os professores.

E é estranho isto, Sr. Deputado, porque o Presidente da CLC no Paraná é o ilustre Deputado Arnaldo Busato, hoje Secretário de Saúde deste Estado, e o Presidente, de honra, o Sr. Governador do Estado. Ambos com condições não apenas de manusearem verbas dentro do Orçamento do Estado, em favor da CLC, mas também em condições de pleitearem verbas junto ao Ministério de Educação.

Eu acredito mesmo que o que está ocorrendo é a influência mesmo de política, na condução destas escolas, e por isso o fracasso na sua concepção, nos seus objetivos.

V. Exa. tem toda razão ao criticar a existência de apenas escolas particulares na sede do Município de Roncador.

Ainda este ano tivemos oportunidade, a pedido daquela comunidade em destinar alguma verba de nossa assistência social, para o Ginásio de Roncador. O que não equivale talvez nem mesmo uma folha de pagamento de um mês.

Colocamos lá a nossa participação também, para ver se aqueles alunos, aquelas crianças, não sejam, não fiquem obrigadas a abandonar os bancos escolares, pela inexistência de condições de funcionamento da escola.

Tenha V. Exa. a certeza que estaremos lutando também para que o Estado assuma a responsabilidade que lhe é devida e crie também em Roncador, escolas estaduais para suas crianças.

Muito obrigado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Eu agradeço o aparte do nobre Deputado Antônio Facci.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

É de se preocupar com a situação de Roncador, em que o Governo não aparece lá.

Nobre Deputado, eu vou — não vou prometer trazer nesta semana, mas até terça-feira quero trazer um relatório daquilo que foi aplicado. E tenho certeza porque em todos os municípios do Paraná existe uma obra do Governo do Estado, por isso eu creio que lá deve haver.

Existe um ginásio que é particular, que é da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, da qual também faço parte.

Nobre Deputado, V. Exa. sabe as dificuldades por que passou o Estado em que há anos atrás era difícil criar uma escola, por falta de recursos. O que aconteceu é que nesses municípios menores, ou distritos, aonde não existia o ginásio estadual, foi criado um setor local, composto no mínimo de 100 sócios que elegem uma Diretoria, cuja Diretoria tem por meta administrar o estabelecimento de ensino. Os recursos é parte da comunidade, contribuição do aluno que não é tão grande e que eu vejo em alguns municípios, que são auto-suficientes, e tem alguns passando por dificuldade, não há dúvida. Há uma colaboração de professores que lecionam em estabelecimentos do Esta-

do e lecionam na escola da campanha. E quando lecionam em escola da campanha também dão a sua contribuição, recebendo importância menor do que recebem do Estado.

E o Governo tem dado alguma ajuda, pouca à campanha. Agora, não é justo que o poder público venha a fazer concorrência a um outro estabelecimento que já existe funcionando, cujo setor local, o Presidente não recebe um centavo. Recebe, sim, o Diretor e o Secretário do estabelecimento de ensino. O Conselho do setor local não recebe nada. Existe um entendimento com a Secretaria da Educação para que dê uma contribuição um pouco maior — tem dado alguma coisa, mas pouco — para que dê uma contribuição um pouco maior, porque a participação da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade — no setor de ensino tem sido grande não só no Paraná, como em vários Estados do Brasil, principalmente no Nordeste, onde a campanha tem uma atuação maior.

Agora V. Exa. sabe que, com a criação da Lei 5692, em que o ensino de primeiro grau, primeira a oitava séries, passam para a responsabilidade do município, e como nós sabemos que o município não tem condições de arcar com a despesa, de manter esses professores, o Governo tem dado uma ajuda, e, no ano passado foi dobrada em relação ao ano anterior, e neste ano já dobrou o que deu o ano passado.

É preciso que se dê ainda mais recursos ao que tem sido feito e eu tenho certeza que a Prefeitura de Roncador também tem recebido essa ajuda para pagamento de professores.

Com referência ao Município de Maringá, não podemos comparar Maringá com Roncador, onde o Prefeito tem mais recursos, e tem convênios que foram dados com prioridade aos municípios maiores, com condições, naturalmente, e criar estabelecimentos de primeira a oitava séries, também na zona rural, como foi criado em Maringá.

E isso que se pretende neste ano, em um maior número de municípios, o convênio pró-município, para dar melhores condições de funcionamento no município.

Mas, V. Exa. traz um assunto que nos preocupa muito, que Roncador não tem recebido auxílio nenhum. Comprometo-me com V. Exa., que, na próxima semana trarei um relatório daquilo que foi aplicado neste Governo no Município de Roncador.

Estou dando este aparte a V. Exa. tendo em vista que o Deputado Augusto Carneiro, que representa aquele município, não está aqui presente, e nós sabemos do atendimento que tem sido dado naquela região.

O SR. EDILSON ALENCAR — Gostaria apenas de responder ao nobre Deputado dizendo que o problema de educação em Roncador só não é resolvido porque realmente falta interesse do Secretário da Educação deste Estado.

Sugeri apenas para que fosse resolvido o problema de Roncador no setor educacional. A estadualização do colégio ou a extensão para o ginásio estadual de Nova Cantu ou de Campo Mourão, como funciona em Assis Chateaubriand. Em Assis Chateaubriand temos dois distritos com ginásio, funcionam como extensão do ginásio estadual da sede.

Seria a maneira viável se houvesse interesse do Governo ou do Secretário da Educação, resolver esse problema da cidade de Roncador. Mas, nobre Deputado, sei que o Presidente já está me dando sinal que o tempo está esgotado.

O Sr. Gilberto Carvalho — Só quero dar conhecimento a V. Exa. que no mês de outubro passado, o Município de Roncador recebeu da FUNDEPAR 125 mil cruzeiros, para pagamento de professores.

O Sr. Valter Pietrângelo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para parabenizar o nobre Deputado pelo problema que traz à tribuna e propor ao Deputado Edilson Alencar que esse assunto da CNC precisaria ser analisado e discutido com maior profundidade e que fossem encontradas as soluções glo-

bais para resolver o problema que envolve as escolas do Estado. Problemas seríssimos: estão envolvendo as escolas da CNC.

Agora, se é a comunidade que tem que pagar, se o Presidente não recebe, se elas foram criadas por motivos tais e quais isso não interessa mais.

O que interessa é que as escolas da CNC, atualmente, atendem a milhares de estudantes que não podem ficar sem as aulas.

Por estas condições, eminente Deputado, gostaria de sugerir a V. Exa. que vem à tribuna hoje analisar o problema que envolve as escolas da CNC de Roncador e, quem sabe se, no caso, V. Exa. propõe uma Comissão Especial para investigar a extensão dos problemas que envolvem as escolas da CNC no Paraná, desde a falta de pagamento às professoras até o estado de conservação dos estabelecimentos, a falta de material etc.

Devo enfatizar que não interessa aqui, é até uma argumentação rasteira, tentar justificar os prejudicados nesse setor, dizendo que as responsabilidades, na criação, não são do Poder Público. Não interessa. O importante é que há milhares de alunos, estudantes, que precisam continuar estudando.

Então, quem sabe, uma comissão especial, encaminhada por V. Exa., pelo eminente Deputado Antônio Facci que conhece tão bem o problema; pelo eminente Deputado Gilberto Carvalho que acabou de declarar que faz parte da CNC, poderia, evidentemente, fazer um diagnóstico da situação e propor ao Governo do Estado, em nome desta Casa, uma solução definitiva para esse problema.

Não é possível mais, nós, Deputados, continuarmos a receber em nossos gabinetes, presidentes, diretores de escolas da CNC, com aquela humildade, pedindo, aos Deputados, verbas, naquele desespero louco para não verem fechadas essas escolas de real, profundo e amplo interesse público.

Obrigado, Sr. Deputado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, para finalizar nosso pronunciamento, gostaria também, de abordando outro assunto, apresentar, nesta oportunidade requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, com o seguinte teor: (lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e com fundamento no Regimento Interno da Casa, requer PREFERÊNCIA para a discussão e votação do requerimento de convocação do Exmo. Sr. Secretário de Finanças do Estado, sobre todas as demais matérias, com a conseqüente prioridade na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 1977.

(aa) ENÉAS FARIA

APOIAMENTOS: Edilson Alencar, Lúcio Machado, Waldenício Barbalho, Deni Schwartz, Trajano Bastos.”

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Consulto a Liderança da ARENA se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 309/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 493/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Ourizona, objetivando reparos nos prédios do Ginásio Estadual Visconde

de Mauá, da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública local. Pareceres favoráveis da CCJ., CF. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, acaba de ser lido da tribuna, requerimento que, me parece, deve entrar antes de qualquer outra matéria, para deliberação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro a chamada dos Srs. Deputados, para verificação de “quorum”.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — A Presidência defere.

O Sr. Primeiro Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

(E feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — 42 Srs. Deputados responderam a chamada nominal.

Esta Presidência passa às mãos do Sr. Segundo Secretário o requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria para que faça a leitura para o conhecimento daqueles que chegaram há pouco a esta sessão.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Procede à leitura do requerimento).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria.

— REJEITADO.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem). — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Deferida a Questão de Ordem de V. Exa.

(É procedida a verificação de votação).

16 Srs. Deputados aprovam; 23 Srs. Deputados rejeitam. REJEITADO o requerimento.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 311/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 508/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Terra Boa, objetivando execução de obras de reparos no prédio onde funciona a Escola de Aplicação Monteiro Lobato, da sede daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 329/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 266/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Ponta Grossa, objetivando execução de obras de reparos no prédio do Grupo Escolar Professor Amálio Pinheiro, localizado naquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 333/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 60/77, ex-Proposição número 291/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Andirá, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios da Delegacia e Cadeia Pública, daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 341/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 393/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Salto do Lontra, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona

o Ginásio Estadual "Jorge de Lima", localizado naquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 342/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 400/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar de Ivaíma, naquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

O SR. ENEAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, consulto sobre a súmula do projeto que está sendo votado, a des- te, e dos demais.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — V. Exa. deseja que se faça a leitura das súmulas?

(Assentimento do Sr. Deputado Enéas Faria).

Deferida a questão de ordem de V. Exa.

(É lida a súmula do projeto de Resolução número 342/77)

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 343/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 403/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Palmital, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam 23 (vinte e três) casas escolares, daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

(É lida a súmula)

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, também desejo fazer um pedido à Mesa: a dispensa da leitura, cansativa, das súmulas das Proposições votadas, uma vez que todos os Deputados dispõem de avulsos que são distribuídos, onde podemos acompanhar a matéria votada.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — A Presidência lamenta não poder atender V. Exa., uma vez que o Regimento Interno determina seja feita a leitura dos projetos em pauta.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. poderia enunciar qual o artigo que dispõe sobre isto?

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — V. Exa. aguarde que eu direi, no momento não me ocorre o número do artigo.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 344/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 73/77, ex-Proposição número 414/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Instituto Econômico e Social — IPEA, objetivando a realização do I Simpósio sobre Metodologias de Previsão e Classificação de Receitas. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 345/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 82/77, ex-Proposição número 448/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Guairacá, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública local, mediante dotações e verbas que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 346/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 455/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Imbituva, objetivando execução de reparos nos prédios e estabelecimentos de ensino

localizados naquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 343/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 91/77, ex-Proposição número 400/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Mariluz, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Estou aguardando o artigo, Sr. Presidente.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 349/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 90/77, ex-Proposição número 471/77, aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Araruna, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Aguardo o artigo, Sr. Presidente.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 136/75, de autoria do Deputado Antônio Facci, que cria com território desmembrado do Município de Maria Helena o Município de Douradina, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. (Anexo o Projeto de Lei número 63/76, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que versa sobre a mesma matéria). Parecer da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Aguardo o artigo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Com referência ao Projeto de Lei número 136/75, esta Presidência recebe o seguinte requerimento: (Lê):

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com o apoio do Plenário, requer a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei número 136 ao qual se acha apenso o Projeto de Lei número 63/76, por cinco (5) sessões, bem como requer ainda, que os mesmos sejam encaminhados à Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 1977.

(a) WILSON FORTES"

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, como a matéria diz mais respeito a outro grupo de Deputados, até me abalanço a votar a favor da retirada. Apenas, faria uma consulta à Mesa, se é regimental a retirada, da ORDEM DO DIA, de matéria afetada por regime de urgência.

Se nós podemos passar por cima do Regimento Interno para atender o requerimento agora formulado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência pediria inclusive, uma colaboração do autor. O artigo 177, do Regimento Interno, preceitua o seguinte: "Durante a discussão de uma proposição, qualquer Deputado poderá requerer o adiamento de sua votação, que só será concedido por prazo previamente fixado.

§ Único — Os projetos de prorrogação ou de adiamento da sessão legislativa, os vetados e os considerados urgentes não admitirão adiamento de votação".

Com base no § único, do artigo 177, esta Presidência não poderá aceitar o requerimento de autoria do eminente Deputado Wilson Fortes.

O SR. WILSON FORTES — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Wilson Fortes.

O SR. WILSON FORTES — Sr. Presidente, nós entendemos aqui que o Plenário é soberano. Creio que se V. Exa. colocar o requerimento em votação e for aprovado, nada há o que impeça a decisão soberana do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência teria a maior boa vontade em atender ao Deputado Wilson Fortes. Mas também não poderá, esta Presidência, em hipótese nenhuma, ferir frontalmente o Regimento Interno da Casa. Então, lamentavelmente, Deputado Wilson Fortes, não podemos e V. Exa. há de convir conosco e eu não quero aqui dialogar com V. Exa., mas entendemos, com base no artigo 177, esta Presidência não terá condições porque vai ferir frontalmente o Regimento.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está V. Exa. com a palavra.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, há 15 minutos eu estou pedindo a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Em seguida concederei a V. Exa., Sr. Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, o bom senso parece que deve prevalecer. O projeto de lei apresentado pelo eminente Deputado Wilson Fortes e junto um outro projeto do Deputado Antônio Facci, em que cria o Município de Douradinho, parece-me, que o motivo da retirada é para corrigir divisas. E se nós votarmos isso aí, esse projeto em segunda discussão, vamos tirar a oportunidade de se retificar essas divisas. Se é o autor do projeto, eu não vejo assim, nada que impeça requerer ao Plenário para decidir. Porque não há prejuízo nenhum, quando é o próprio autor que está pedindo a retirada, para corrigir o projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias). — Respondendo a questão de ordem, com a maior boa vontade esta Presidência atende. Mas também devemos esclarecer ao Deputado Gilberto Carvalho, que poderá em terceira discussão e votação, serem apresentadas as devidas emendas ao projeto. Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Antônio Facci, pedindo escusas pela demora.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, para alertar a Mesa desta possibilidade que V. Exa. acaba de anunciar. O Deputado Wilson Fortes acaba de falar comigo, com referência à intenção de retirar de pauta o projeto para apresentar emenda que corrigia ou corrigiria as divisas do município que pretendemos criar, projeto de nossa autoria, já de 1975. Plenamente viável a possibilidade, como V. Exa. acaba de dizer, que em terceira discussão o Deputado Wilson Fortes, que apresentou em 1976, um ano depois do nosso projeto, um projeto idêntico. Portanto, teve tempo o ilustre Deputado, de verificar essas divisas anteriormente, e não apenas agora que está em segunda discussão, o projeto, poderá perfeitamente apresentar emenda em Plenário. Não há necessidade de retirar-se de pauta, porque ao que estou informado tem S. Exa. o Deputado Wilson Fortes, o novo mapa com as divisas e confrontações, em mãos, e poderá perfeitamente apresentar da tribuna ou à Mesa, a emenda que retifique as divisas, que nós estaremos perfeitamente à vontade para analisar.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente. Eu estou acompanhando atentamente a discussão do requerimento do Deputado Wilson Fortes, embora V. Exa. esteja amparado regimentalmente, para decisão que proferiu. V. Exa. há de convir que a matéria não é matéria de suma importância, e o objetivo do Deputado Wilson Fortes, é apenas correção de divisas. V. Exa. deve levar em consideração um aspecto importante da questão:

E quem pode o mais, pode o menos, o Regimento Interno da Casa, foi votado pelo Plenário, o Plenário é soberano, se V. Exa. submetendo o requerimento do nobre Deputado Wilson Fortes à consideração do Plenário, V. Exa. terá o respaldo legal, para a retirada.

E V. Exa. pode desde já, conforme decisão da Casa, V. Exa. tem o livro próprio em que pode fazer registrar essa decisão, como subsídio para a futura reforma do Regimento Interno da Casa. Acho que V. Exa. está correto, amparado regimentalmente. Mas é um princípio de direito, quem pode o mais, pode o menos, e o Plenário, é soberano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência agradece a presença do Sr. Terceiro Secretário.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente.

Ao que me consta, o Deputado Wilson Fortes tem maior preocupação com relação a constitucionalidade deste projeto, porque já foi entendimento desta Casa, de que a criação de município depende previamente dos termos do Ato Complementar se não estou enganado, 46 — de prévia aprovação do Sr. Presidente da República.

Razão pela qual, nos termos em que ele se encontra, talvez possa futuramente ser inquinado de inconstitucional tal projeto, e não ganhar a sanção governamental, o que seria lamentável.

E muito embora V. Exa. defronte com um problema de ordem regimental da maior seriedade, eu acredito, que há a dúvida que é suscitada pelas questões aqui debatidas, realmente ser de grande monta, mas, está sendo encaminhado à Mesa, um requerimento para que seja desafetada de urgência a tramitação deste projeto, razão pela qual solicitaria à Mesa que aguardasse mais algum tempo este requerimento que viabilizaria portanto, a retirada por cinco sessões na forma em que pretende o requerimento do Deputado Wilson Fortes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao Deputado, autor do requerimento, Wilson Fortes.

O SR. WILSON FORTES — Sr. Presidente.

Endossando as palavras do Deputado Luiz Roberto Soares, eu queria antes, Sr. Presidente, saber da decisão de V. Exa. sobre a Questão de Ordem levantada pelo Deputado Erondy Silvério.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem). — Sr. Presidente.

Tenho para mim que V. Exa. já decidiu sobre a Questão de Ordem, da impossibilidade da retirada de pauta, do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência já tomou esta posição, e agora já temos o requerimento do Deputado Luiz Roberto Soares que chega até a esta Mesa.

O SR. WILSON FORTES (Cont. pela Ordem). O requerimento é de nossa autoria e está sendo datilografado, pedindo para que seja retirada a urgência.

Mas o nobre Deputado Enéas Faria, levantou uma questão de ordem que a matéria já havia sido decidida por V. Exa. Acreditamos que sempre há a possibilidade de que a matéria não foi votada; foi apenas anunciada por V. Exa. Se ela tivesse sido votada pelo Plenário, seria evidentemente uma matéria vencida, mas não foi foi.

Então estamos encaminhando à Mesa um novo requeri-

mento, pedindo para ser retirado o regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Com referência ao requerimento do Sr. Deputado Wilson Fortes, com base no seu artigo...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) Eu pediria à Mesa que pusesse em votação o requerimento que pede a desafetação da urgência, do Projeto de Lei número 86/75.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Eu submeto à apreciação do Plenário o requerimento do Deputado Wilson Fortes, que pretende tirar do regime de urgência, o Projeto de Lei número 136/75. (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer dentro do que lhe faculta o Regime Interno e com apoio do Plenário, a retirada do regime de urgência do Projeto de Lei número 136/75.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1.977.

(a) Wilson Fortes.”

Em votação o requerimento. Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão. — **Aprovado.**

O SR. ANTÔNIO FACCI — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Deferido o requerimento de V. Exa.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, queiram se levantar. (Pausa) 23 aprovam; 4 rejeitam.

O SR. ANTÔNIO FACCI (Pela ordem) Sr. Presidente, 4 onde? Fora do plenário; são dois Deputados. V. Exa. está vendo demais, perdoe-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Para que não haja dúvida, esta Presidência vai novamente colocar em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Wilson Fortes, queiram levantar-se. (Pausa)

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela ordem) Sr. Presidente, para que não haja dúvida, nós estamos vendo que na Casa tem maior número de Deputados que não estão nos seus lugares. Para isso requeiro à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Defiro o requerimento de V. Exa. O Sr. 1o. Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados. (Pausa).

(É feita a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) 33 Srs. Deputados responderam a chamada nominal.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, me obriga a consciência a não acreditar neste número, porque 35 Deputados presentes na Casa pode ser, mas nos seus gabinetes, porque no Plenário não responderam 35 Srs. Deputados.

Com todo respeito que tenho ao Sr. 1o. Secretário, Deputado David Federmann, não é possível que aqui tenha 27 e responderam 35 Deputados.

Até quando nós vamos colaborando, Sr. Presidente, para que dia a dia o Poder Legislativo seja desprestigiado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Sr. Deputado Antônio Facci.

Mesmo estando com seus ânimos exaltados, esta Presidência respondendo a questão de ordem de V. Exa. tem a dizer que muitos dos Srs. Deputados responderam à chamada nominal e se ausentaram, e, inclusive estão ao meu lado, na cabine — como V. Exa. poderá presenciar — tomando cafezinho.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem) — Sr. Presidente,

na cabine indevassável existem vários Srs. Deputados que responderam a chamada.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. ANTÔNIO FACCI (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) A Presidência defere. Será procedida a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação) (Pausa)

24 Srs. Deputados aprovam; 3 rejeitam. **Aprovado o requerimento.**

(Tumulto no plenário)

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 93/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 77/77, encaminhando anteprojeto de lei autorizatório para instituir, observada a Legislação pertinente, a EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL — EMATER — PARANÁ, vinculada a Secretaria de Agricultura e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., COM SUBSTITUTIVO GERAL, C.F. e C.A.I.C., COM EMENDAS, por unanimidade.—

Projeto de Lei número 93/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECLARA:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma empresa pública, observada a legislação vigente, com a denominação de Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMATER-PARANÁ, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira.

Parágrafo único. A EMATER-PARANÁ terá sede e foro na capital do Estado e jurisdição em todo o território Estadual.

Art. 2o. — São objetivos da EMATER-PARANÁ:

I — Planejar, coordenar, executar programas de Assistência Técnica e Extensão Rural, visando à difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, à prestação de assistência técnica para aumento da produção e produtividade agrícola e a melhoria das condições de vida do meio rural do Estado do Paraná de acordo com as políticas de ação do Governo Estadual e do Governo Federal.

II — Colaborar com os órgãos competentes da Secretaria de Estado da Agricultura e do Ministério da Agricultura na formulação e execução das políticas de assistência técnica e extensão rural.

III — Estabelecer e desenvolver relações de troca de serviços e informações técnicas com os demais órgãos da administração direta e indireta da Secretaria de Estado da Agricultura e do Ministério da Agricultura, de modo a favorecer e fortalecer a cooperação interorganizacional no setor público agrícola.

IV — promover estudos, pesquisas, análises, perícias e divulgações técnicas, objetivando fornecer subsídios para estabelecer ou reformular normas técnicas e operacionais relacionadas com suas atividades.

Art. 3o. — Para sua instituição e consecução de seus objetivos, atender-se-ão as disposições estatuídas nos artigos 3o., parágrafo único e 5o. da Lei Federal número 6.126, de 06.11.74, art. 7o. do Decreto Federal 75.373, de 14.02.75, art. 7o. e demais normas da Lei Estadual número 6.636, de 29.11.74.

Art. 4o. — O Capital inicial da EMATER-PARANÁ será de Cr\$ 41.000.000,00 (Quarenta e um milhões de cruzeiros), a ser integralizado até dezembro de 1.978 mediante dotações orçamentárias consignadas em um ou mais exercícios financeiros, créditos especiais e/ou incorporações de bens do Governo Estadual previamente avaliados.

§ 1o. — O Poder Executivo designará Comissão especial,

que procederá a indicação, discriminação e avaliação dos bens a serem transferidos à Empresa, ficando autorizado outrossim, a promover os atos jurídicos, inclusive de alienação, necessários à consecução das transferências e incorporações preconizadas neste artigo.

§ 2o. — O Poder Executivo poderá autorizar o aumento de capital da EMATER — PARANÁ mediante a incorporação de lucros, reservas, transferências orçamentárias e outros recursos, reavaliações e correção monetária do ativo e participação da administração indireta do Estado, da União e dos Municípios, assegurada, sempre, a participação majoritária do Estado.

Art. 5o. — Constituição recursos da EMATER-PARANÁ;

I — As transferências consignadas nos orçamentos anuais do Estado;

II — Os recursos provenientes de convênios, contratos e ajustes;

III — Os créditos abertos em seu favor;

IV — Os recursos de capital, inclusive os recursos de conversão, em espécie, de bens e direitos;

V — A renda de bens patrimoniais;

VI — Os recursos de operações de crédito decorrentes de empréstimos e financiamentos;

VII — As doações e legados que lhe forem feitos;

VIII — Recursos provenientes de fundos existentes ou a serem criados, destinados a promover o aumento da produção e produtividade agrícola e a melhoria das condições de vida do meio rural;

IX — Recursos decorrentes de Lei específica;

X — Participação no resultado econômico apresentado em cada exercício financeiro, por Empresa de cujo capital o Estado detém maioria, de conformidade com o que fica estabelecido, em cada caso, pelo Poder Executivo;

XI — Receitas operacionais;

XII — Outras receitas;

XIII — Auxílios e subvenções inclusive internacionais.

Art. 6o. — A EMATER — PARANÁ reger-se-á por esta lei, pelos Estatutos a serem aprovados por decreto do Poder Executivo e, subsidiariamente, pelas normas de direito aplicáveis.

Parágrafo único. Dos Estatutos de que trata este artigo consta, além dos objetivos, do capital e dos recursos financeiros, na forma do disposto nesta Lei, a composição dos órgãos de administração e de fiscalização da EMATER-PARANÁ, as respectivas atribuições, as competências de seus dirigentes e demais condições legais pertinentes.

Art. 7o. — O Poder Executivo expedirá os Estatutos da EMATER-PARANÁ, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desta lei.

Parágrafo único. O decreto que aprovar os Estatutos referidos neste artigo, fixará a data de instalação da empresa.

Art. 8o. — A prestação de contas da administração da EMATER-PARANÁ, acompanhada de parecer do respectivo órgão de fiscalização será encaminhada através da Secretaria de Estado da Agricultura, ao Tribunal de Contas do Estado, que sobre ela exercerá fiscalização financeira, nos termos da legislação específica.

Art. 9o — A EMATER-PARANÁ, fica autorizada a absorver o acervo físico, técnico e administrativo bem como os saldos remanescentes da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná — ACARPA, assumindo em contrapartida todos seus encargos.

Parágrafo único. A absorção referida neste artigo deverá ser previamente consentida pela Junta Administrativa da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná-ACARPA, conforme preceituam os seus Estatutos.

Art. 10 — Fica vedado a qualquer órgão do Estado da Administração direta e indireta à execução de serviços correlatos da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Art. 11 — A EMATER-PARANÁ gozará de isenção tributária referente aos tributos de competência do Estado.

Art. 12. — O regime jurídico do pessoal da EMATER-PARANA será o de legislação trabalhista e a gestão administrativa obedecerá o disposto no artigo 94, II da Lei número 6.636, de 29 de novembro de 1.974.

Art. 13 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1.977.

(a) Poder Executivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei número 93/77

Parecer

Trata a presente mensagem governamental do anteprojeto de lei que objetiva a instituir a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER-Pr., vinculada à Secretaria da Agricultura, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira.

I — DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS PARA A JUSTIFICAÇÃO DA SOLICITAÇÃO GOVERNAMENTAL.

As razões aduzidas pelo Governo do Estado, em ofício incluso do Secretário da Agricultura, são resumidamente as seguintes:

1 — Transformação da ACARPA em Empresa Pública. Da.E.M. “Não pretendemos e nem proporemos a criação de um novo organismo para enriquecer o elenco de entidades de administração indireta”. A EMATER — Pr., sucederá a ACARPA no tempo e no espaço. “Trata-se de fato e na realidade, de substituição da ACARPA Associação Civil, por órgão que terá finalidades semelhantes e que não ampliará o ônus de manutenção por parte do Estado”.

2 - Afirma-se a necessidade da criação de uma entidade a nível estadual que se adapte as exigências da legislação federal que criou o Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. (Lei número 6.126 de 06 de novembro de 1.974). Adiante se verá que o Governo Federal praticamente condiciona a concessão de auxílios, recursos e convênios aos Estados que possuam empresas assemelhadas, a EMBRATER, que é a responsável no âmbito Federal pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural. A E.M. assegura:

“ Não se cuida simplesmente por mero capricho injustificável, ou mero diletantismo, de transformar uma associação em empresa, mas zelando pelos interesses do Paraná no setor da produção primária, vimos na contingência de fazer a presente proposta para, em estrita obediência aos ditames do Poder Maior.

3 — Com a empresa, assegura-se que a Secretaria de Agricultura passará a contar com um instrumento ágil e eficiente para a execução de programas visando ao aumento de produção e produtividade assim como a promoção do homem do campo. Parece inquestionável que na agricultura brasileira e especialmente do Paraná, há casos em que os agricultores dependem de informações tecnológicas e, assim, torna-se indispensável o esforço para atender às suas necessidades. Há grupos porém, que para chegar ao ponto dos primeiros, demandam a locação de recursos para elevar seu nível educacional e capacidade organizacional, sobressaindo-se aqui o papel dos métodos de Extensão Rural na promoção do homem.

4 — Pela E.M. observa-se que a EMATER-Pr., deverá em termos, desempenhar um programa de ação dual, isto é, visa aumentar a produtividade do setor rural sem contudo, esquecer o homem, agente e objeto dessa produtividade. Dentro dessa concepção a exposição governamental reconhece como função básica da EMATER — Pr., promover o aumento da produtividade da agricultura através do aumento, respecti-

vamente, da produtividade da terra e do trabalho, sendo estes os pontos de convergência dos objetivos do desenvolvimento do setor e do produtor rural.

II — Vistas em rápidas pinceladas as razões de ordem administrativa que motivaram o envio do presente projeto de lei, a esta Casa, cabe a Comissão de Constituição e Justiça, a análise dos aspectos constitucionais e jurídicos da mensagem governamental.

I — A primeira indagação que se coloca, é se o Estado Membro pode criar uma empresa pública uni-pessoal, como a ora proposta. Certamente, trata-se de uma das questões mais controvertidas, na doutrina. Aqui nesta comissão, feriu-se memorável debate entre dois eminentes e cultos deputados Accioly Neto, ex-presidente e relator da mensagem que criou a EMOPAR; e o Deputado Luiz Roberto Soares, que apresentou substancial trabalho, analisando com profundidade todos os aspectos da questão. O ilustre Deputado Accioly Neto, por ocasião da discussão do projeto de lei que criou a EMOPAR, proferiu alentado parecer, com a proeficiência que lhe é peculiar, no qual, chega a seguinte conclusão:

“De natureza formal, por que só a União derroga Lei Federal; de natureza material, porque apenas a União compete legislar sobre matéria de direito comercial. É que a empresa pública unipessoal representada por uma sociedade de apenas um sócio acionista, derroga disposição reguladora do tema, concretizada pela Lei de Sociedade por Ações, ou seja, a de não poder haver, entre nós sociedade com menos de sete sócios. Como a Lei Federal revoga Lei Federal anterior, pode a União participar sozinha da sociedade, sem que esta entre em liquidação, dispensada, pois, a exigência de participação de outro sócio. Neste sentido, é exata a interpretação de Cretella Júnior: “Se os Estados Membros ou Municípios, pedem emprestado ao direito mercantil esquemas jurídicos rígidos, para criação de empresas públicas, devem amoldar-se a modelos clássicos existentes, introduzidos no mundo do direito por lei federal. Ora, a lei das sociedades por ações não conhece a sociedade unipessoal, modalidade só admitida no plano federal, depois da edição do decreto lei número 200 e, assim mesmo, só com referência expressa pública de que participa a União, com Patrimônio e capital exclusivo”. (obcit. pág. 255/256).”

Contrariando esse respeitável entendimento o ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, apresentou magnífico trabalho, no qual, a par de demonstrar toda sua cultura jurídica, elucida com profundo conhecimento, ângulos mais questionados do assunto.

Em seu brilhante voto o Deputado Luiz Roberto Soares, trouxe à colação a opinião dos melhores tratadistas da matéria, entre os quais Celso Antônio Bandeira de Mello, Cretella Júnior, Bilac Pinto e José Nabantino Ramos.

Convém repetir, pelo menos, duas citações feitas pelo Deputado Luiz Roberto Soares. A do Professor Celso Antônio Bandeira de Mello e de José Nabantino Ramos.

Celso Antônio Bandeira de Mello:

“Finalmente, sempre em estrita afinidade com as sociedades de economia mista, as empresas públicas sofrem o influxo de certas regras especiais que, sem desnaturar-lhes o caráter privado, marcam seu especial relacionamento com o Estado e realçam sua especialidade: serem instrumento de ação do Poder Público, por ele constituído com tal finalidade. E justamente na presença destas normas especiais que se retrata sua originalidade no confronto com as demais sociedades. “Juridicamente não se constituem em sociedade mercantil como outra qualquer, porque seu regime apresenta no contraste com elas, alguma desigualdade, um traço diferencial, uma conotação jurídica, isto é, disciplina, normativa individualizadora. Este

traço de discrimine, esta norma especificadora é, perante o Direito, a circunstância de sofrerem o pacto das normas especiais aludidas, que lhes firma o caráter de pessoas instrumentais do Estado. Mas, além desta, outra diferença pode existir entre as sociedades comerciais comuns e as empresas públicas, a saber assim como as empresas públicas podem resultar da conjugação de recursos públicos de diversa origem, dando margem a uma sociedade entre diferentes pessoas, governamentais, podem também se constituir em “sociedade de um só membro”, ou seja, quando formadas por recursos de uma só pessoa de direito público, o que é extremamente comum, ter-se-há uma sociedade “de um só acionista”. Está visto que tão estranha figura não existe, entre as sociedades mercantis comuns, só podendo ocorrer no caso de empresas públicas. “A vista do que até agora se expôs, pode-se conceituar empresa pública como “pessoa jurídica de direito privado, constituída, sob forma de sociedade mercantil e formada por capitais exclusivamente governamentais, criada (ou assumida) pelo Estado como instrumento de sua ação, por via empresarial, para a realização de interesses relevantes para a coletividade e por isso mesmo submetida a um regime jurídico marcado por certa originalidade em relação às demais sociedades comerciais”. “Desde que lhes assistem por disposição constitucional, o poder de organizar os próprios serviços públicos (os Estados Federados por força da competência residual prevista no art. 13, § 10., e os Municípios com base na expressa referência do art. 15, II, letra b), cabe-lhes dispor livremente, sobre a prestação deles, adotando o regime que considerem mais adequado.” Tal como ocorre com relação às sociedades, de economia mista, a produção de tais normas, por Estados e Municípios, justamente por serem discrepantes das regras de direito mercantil, não se constituem em legislação sobre direito comercial — matéria privativa da União — mas edição de regras de direito administrativo, abrangidas indiscutivelmente nas respectivas esferas de competência.”

“É inconfutável? verdadeiro que as empresas públicas, tanto, da União, como dos Estados e Municípios, afastem-se em certos pontos, conquanto escassos, do regime comum das empresas mercantis. E isto, sucede precipuamente, com relação ao controle que sofrem da Administração Central dando o surgimento de vínculos de dependência e limitações que inexistem nas sociedades comerciais de particulares. Não é verdadeiro, todavia, que a edição de tais regras corresponda à intromissão indevida no direito comercial, quando sua produção se deva a Estados e Municípios.”

“A despeito de se regerem pelo direito privado, não produzem de modo “idêntico”, o regime de uma sociedade comum, posto que, em sendo instrumento de ação dos Estados, “administração indireta”, nos termos do decreto lei número 200, são atingidas por regras especiais, editadas pelo Estado” (Prestação de Serviços Públicos e Administração Indireta — pág. 130, 131, 132, 133 e 136 grifamos).

O professor José Nabantino Ramos leciona:

“Na vida da empresa há que considerar três etapas fundamentais e direfentes: uma, jurídica, que é a “criação” ou constituição; e duas outras, econômicas, que são a “organização e a exploração”. O comando do art. 170 § 2o., refere-se apenas a esta última, isto é, à exploração, e não a primeira delas, que é a criação ou constituição. As “normas aplicáveis”, às empresas privadas, a que ele se refere, “na exploração, pelo Estado da atividade econômica, nada tem a ver com o fato jurídico da “Constituição” dessas empresas, mas com o fato econômico da exploração, especificamente referido, diretamente mencionado, claramente apontado. Essa exploração da atividade econômica diz respeito, não à constituição da empresa, mas ao conjunto de operações necessárias para atingir o ato final da produção, nas palavras de Jean Romeuf. Os “aos distintos modos de levar a cabo a produção, que abarcam tanto o aspecto econômico,

como técnico", no conceito de Wolfgang Heller".

"Ler no § 2o., do art. 170, que "as normas aplicáveis às empresas privadas "são normas jurídicas referentes à constituição dessas empresas, é ler o que nele, não está escrito. E colocar no texto o que nele não existe. Pois que o comando diz respeito, não as normas jurídicas, mas as normas econômicas, referentes a "exploração;" . . . da atividade econômica". "Vejam outra vez o § 2o. do art. 170, "Na exploração, pelo Estado, da atividade econômica, as empresas públicas e as sociedades de economia mista reger-se-ão pelas normas aplicáveis às empresas privadas "inclusive quanto ao direito de trabalho e ao das obrigações". Se as "normas aplicáveis às empresas privadas", fossem normas jurídicas, seria inútil, por redundante, na cláusula final, "inclusive quanto ao direito das obrigações". Pois o direito do trabalho e o direito das obrigações são precisamente normas jurídicas que já se aplicam, às empresas privadas. Não haveria motivo para o texto mencioná-las especialmente. Para excluir a redundância e havê-lo por bem redigido, basta considerar como sendo econômicas "as normas aplicáveis às empresas privadas", pois então seria adequado, a seguir, referir-se também, às normas jurídicas do direito das obrigações, não incluídos naquelas normas". "Até agora a União não encontrou, no art. 170 § 2o., da Constituição a obrigação de constituir empresas públicas apenas pelas formas autorizadas pelo direito privado. Os Correios e Telégrafos e a Caixa Econômica Federal, por ela transformados em empresas públicas, adotaram formas específicas próprias. Essa conduta apoia a tese de que o texto constitucional não cogita do problema jurídico das empresas públicas. Se cogitasse, vincularia também a União. Seria inconstitucional a adoção, para aquelas entidades, de forma de sociedade, não permitida pelo direito privado. Pois decretos-leis, ainda que federais, devem respeitar a Constituição e no caso estão respeitando" (Revista de Direito Público, número 17 — Ed. Rev. dos Trib.).

Após definir empresa pública de acordo, com decreto lei número 200, que diz "podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito, prossegue o Professor José Nabantino Ramos, ainda citado pelo Deputado Luiz Roberto Soares:

"Repitamos a cláusula final do texto:

"Podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito."

É muito importante atentar para o verbo "poder", que aí aparece como simples faculdade, não como dever ou suas obrigações.

Quer isso dizer que a empresa pública pode, não, deve, "revestir-se de qualquer das formas admitidas em Direito", o campo ficou pois aberto, à criação de novas formas jurídicas, para vestir as empresas públicas, além das que já estão admitidas em Direito".

"Quando define, entretanto, as sociedades de economia mista, já o decreto lei no art. 5o., número III, fixa um único caminho a seguir, que então se torna obrigatório: "Sociedade de economia mista — a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por Lei para a exploração de atividade econômica, "sob a forma de sociedade anônima", cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria à União ou a entidade da administração indireta".

Não há que escolher a forma da sociedade de economia mista, mas constituir-la, necessariamente, como sociedade anônima.

Cessa o arbítrio do administrador, diferentemente, do que acontece com as empresas públicas, que ele constituirá sob qualquer das formas já "admitidas em Direito", ou cria as novas formas".

"Os ilustres defensores das sociedades, mercantis, como única roupagem possível para a empresa pública, ao subordinarem sua criação ao direito privado, desatendem, "data

vênia", ao fato irretorquível de que ela nasce do exclusivo domínio do direito público, tanto assim que a criação se realiza por lei, não por contrato. Por ato de império do Estado, não por convenção de particulares, como teria de acontecer, para a criação, de entidade se governasse pela disciplina do direito privado.

E continuando desatentos a essa realidade, luminosa, negam a Estados-Membros e a Municípios, que são tanto quanto a União, pessoas jurídicas de direito público, a faculdade que sempre tiveram e que ninguém, jamais lhes negou, de agir no campo do direito administrativo, praticando atos de seu interesse". (idem, pgs. 104, 105 e 107).

Encerrando argumentação concluyente, o Deputado Luiz Roberto Soares, elucida:

I. Os Estados Membros, podem em razão de sua competência constitucional residual, criar e organizar empresas públicas desde que limitem sua atuação às atividades caracterizadas como de serviços públicos; são-lhes vedadas intervenções na ordem econômica, salvo de autorizadas por Lei Federal.

II. Quando os Estados-Membros criam e organizam empresas públicas, para realizarem, por via administrativa descentralizada, serviços públicos, tais empresas podem revestir-se de formas próprias e singulares, pois por disposição constitucional é deferido a eles poder de organizar os seus serviços públicos.

Do exposto, inexistente, em nosso entendimento, qualquer óbice para a instituição, pelo Estado Membro, de empresa pública unipessoal destinada a prestar serviços públicos, pela via indireta.

A melhor doutrina é a esposada por Cretella Júnior, em sua notável obra "Empresas Públicas":

"Empresa pública unipessoal, cuja finalidade seja a exploração de atividade privada, só poderá existir, é claro, no âmbito federal, sendo vedada a criação de modalidades paralelas, nos setores estaduais e municipais. Por que? Porque legislar sobre matéria comercial é assunto privativo da União (Emenda Constitucional número 1, de 1.969, art. 8o., lebra b), (grifamos)

"Empresa pública unipessoal, cuja finalidade seja a exploração de serviço administrativo propriamente dito, entretanto, "pode ser criada no âmbito estadual e municipal, porque o conteúdo da entidade é administrativo, nada tendo a ver com a estrutura, pedida emprestada ao "direito mercantil" (grifamos)

III — DA IMPEROSIDADE DA TRANSFORMAÇÃO DA ACARPA EM EMPRESA PÚBLICA:

1 — A extensão Rural no Brasil iniciou-se em 1.948, no estado de Minas Gerais, calcada no programa norte-americano conhecido "FHA" Farm and Home Administration, cujo objetivo consistia no estabelecimento de um plano de melhoramento para a propriedade e o lar, reforçado pela concessão de crédito rural supervisionado.

Esse sistema permaneceu inalterado até 1.956, quando a experiência passou a ser transplantada para outros estados, sendo nesse mesmo ano, criada a Associação Brasileira de Crédito Rural — ABCAR — como organismo coordenador a nível nacional das atividades de extensão rural e assistência, técnica.

No Paraná, em 1.959, criou-se a ACARPA — Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, órgão que atuou em sintonia com a extinta ABCAR e tem se constituído no principal instrumento de ação da Secretaria de Agricultura no apoio a assistência técnica e extensão rural ao homem do campo paranaense.

Em 1.974, o Governo Federal decidiu criar o sistema nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural EMBRATER (Lei no. 6126 de 6 de novembro de 1.974), optando pela

criação de uma empresa para que o Ministério da Agricultura contasse com um organismo forte e ágil, conforme dizem os Ministros REIS VELLOSO e ALYSSON PAULINELLI na exposição de motivos encaminhada ao Sr. Presidente da República na oportunidade da criação da EMBRATER, reconhecendo que "a situação da assistência técnica e extensão rural, está a exigir legitimação por parte do Governo e um mecanismo de operação flexível e poderoso, capaz de atender as necessidades de informação tecnológica que tem o produtor e, ao mesmo tempo, cooperar com a pesquisa na criação de tecnologias que sejam relevantes e viáveis nas condições da agricultura brasileira, além de colaborar na formulação da política agrícola em vários níveis".

Criada a EMBRATER o Poder Central passou a recomendar às Unidades da Federação que organizam entidades semelhantes com a entidade do Poder Nacional.

No artigo 5º da Lei Federal número 6126/74, estabelece-se:

"Poderão, a EMBRAPA e a EMBRATER, dar apoio financeiro a empresas sob controle estadual para fins previstos no inciso III do artigo 1º, desde que se sujeitem às seguintes condições cumulativas; (grifamos).

- I — Adotar diretrizes organizacionais e critérios de escolha de dirigentes semelhantes aos estabelecidos para a EMBRAPA e a EMBRATER, conforme o caso; (grifamos).
- II — Operar em consonância com o sistema de programação e de controle técnico e financeiro fixados pelas empresas mencionadas no inciso anterior; (grifamos).
- III — Ajustar a metodologia de trabalho e de avaliação às normas preconizadas pelas empresas a que forem associadas, nos termos do disposto no inciso III, do referido art. 1º; (grifamos).

Pelo texto do artigo 7º Decreto Federal número 73.373, de 14 de fevereiro de 1975, observa-se que o Governo Federal condiciona o apoio financeiro aos Estados que criem empresas com similitude à EMBRATER:

"A concessão do apoio financeiro de que trata o artigo 5º da Lei número 6.126, de 6/11/74, observadas as condições nele referidas, será disciplinada, em convênios celebrados entre o Ministério da Agricultura e os governos das Unidades da Federação interessadas, a serem implementados, mediante contratos firmados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA e pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMBRATER, conforme o caso, com os mecanismos criados naquelas Unidades, na conformidade e para os fins do disposto no art. 1º, inciso III, da mesma Lei". (Grifamos).

No mesmo sentido é o comando da norma estatuída no artigo 6º dos Estatutos da EMBRATER que exige perfeita, identidade organizacional das empresas estaduais, adequação de metodologia de trabalho e identidade de objetivos programados. A opção que se apresenta para os Estados é clara: ou se cria entidade semelhante à EMBRATER, para que elas possam se habilitar a carrear recursos financeiros, técnicos e humanos para aplicação, nos seus respectivos territórios, ou não se cria e, conseqüentemente, ficam impossibilitados por comandos legais à pleitearem auxílios financeiros e convênios com o Governo Federal.

O Paraná preferiu a primeira opção, uma lúcida decisão administrativa; ora submetida a apreciação desta casa.

Certamente para atender as disposições da legislação federal é que quase todos os Estados da federação já criaram suas empresas, enquanto que em outros, os respectivos administradores já pensam em criá-las.

O plano de lei em apreço, contudo, merece alguns reparos, em nosso entendimento, absolutamente necessário, confor-

me apreciamos a seguir:

Artigo 1º —

Parágrafo único — A EMATER — PARANÁ terá sede e foro na Capital, podendo a critério da Diretoria Executiva, criar ou extinguir filiais, agências ou escritórios nesta ou em qualquer outra localidade do Estado.

* Altera-se a redação do projeto original, pois uma empresa pública não exerce jurisdição como constava da mensagem, que, pelas suas finalidades estão presentes em todos os Municípios paranaenses, e, também, dentro do possível, nos Distritos.

Com a alteração proposta visa-se exatamente colocar essa evidência na Lei.

Artigo 3º — Para sua instituição e consecução de seus objetivos, atender-se-ão as disposições estatuídas nos artigos 3º, parágrafo único e 5º da Lei Federal número 6126, de 06 de novembro de 1974, art. 7º do Decreto Federal número 75.373, de 14.02.75 e as normas aplicáveis da Lei Estadual número 6636, de 29 de novembro de 1974.

* A referência ao art. 7º, da Lei número 6.636, de 29.11.74, (Reforma Administrativa), seguida das expressões "e demais normas" não é boa técnica. Preferível, então, vincular a Lei toda, no que for aplicável. Assim ficará afastada qualquer dificuldade interpretativa.

Artigo 4º — O capital inicial da EMATER — PARANÁ, será de Cr\$ 41.000.000,00 (Quarenta e um milhões de cruzeiros), a ser integralizado até dezembro de 1978 mediante dotações orçamentárias consignadas em um ou mais exercícios financeiros, créditos especiais e incorporações de bens do Governo Estadual previamente avaliados.

* A barra e a alternativa "ou" são retiradas do texto, por absolutamente dispensáveis. Este vício que se observa com frequência cada vez maior, deve ser combativo na redação das Leis.

Parágrafo único — O Poder Executivo poderá, autorizar o aumento de capital da EMATER — PARANÁ, mediante a incorporação de lucros, reservas, transferências orçamentárias e outros recursos, reavaliações e correção monetária do ativo e participação da administração indireta do Estado e da União e dos Municípios, assegurada, sempre, a participação, majoritária do Estado.

* Excluiu-se o § 1º, do Projeto, em virtude da excessiva amplitude do seu conteúdo como é o caso da delegação para o Executivo alienar bens indiscriminadamente.

Diante dessa alteração, o § 2º, do Projeto foi mantido como parágrafo único.

Artigo 6º — A EMATER-PARANÁ reger-se-á por esta Lei, pelo Estatuto a ser aprovado por decreto do Poder Executivo e, subsidiariamente, pelas normas de direito aplicáveis.

Parágrafo único — Do Estatuto de que trata este artigo constará, além dos objetivos, do capital e dos recursos financeiros, na forma do disposto nesta Lei, a composição dos órgãos de administração e de fiscalização da EMATER-PARANÁ, as respectivas atribuições, as competências de seus dirigentes e demais condições legais pertinentes, em especial o seguinte:

- I — A EMATER-PARANÁ será administrada por um conselho de Administração, composto por (5) membros; uma Diretoria Executiva, composta por três membros; e um Conselho Fiscal, composto por três (3) membros, todos com mandato de três (3) anos, permitida a reeleição.
- II — Serão remunerados apenas os membros da Diretoria Executiva, cujo montante não excederá em vencimento e vantagens a qualquer título, ao fixado para os de Secretá-

rio de Estado.

* A EMATER-PARANÁ terá Estatuto e não Estatutos. Converteu-se a redação para o singular, como convém.

Por outro lado, preferiu-se evitar que a Lei transfira matéria respeitante à estrutura organizacional da Empresa para o Estatuto, a ser elaborado pelo Executivo.

Fixou-se, por outro lado, um teto máximo, para os salários da Diretoria, numa inovação salutar, objetivando impedir abusos.

Artigo 8º — A EMATER-PARANÁ, além da prestação de contas prevista na legislação específica, submeterá o balanço financeiro, através do Secretário de Estado da Agricultura, ao Tribunal de Contas no prazo de sessenta (60) dias após o encerramento do exercício.

* Entre a redação do Projeto e a proposta no substitutivo a preferência recaiu sobre esta, por ser mais clara, embora mais concisa. De resto é a mesma redação da Lei 72/75.

Artigo 10 — A EMATER-PARANÁ gozará de isenção tributária.

* O artigo 10, do Projeto foi desprezado por desnecessário.

A proibição nele estabelecida é inócua. Se houver comando administrativo e divisão do trabalho entre os setores e órgãos da administração estadual, cada qual saberá o que e onde fazer.

Artigo 11 — O regime jurídico do pessoal da EMATER-PARANA será o da Legislação Trabalhista e a gestão administrativa obedecerá o disposto no artigo 94, II, da Lei número 6636, de 29.11.74.

§ 1º — Os salários do pessoal da EMATER-PARANÁ acompanharão os níveis do mercado de Trabalho, respeitada a legislação vigente.

§ 2º — A EMATER-PARANÁ poderá utilizar funcionários postos a sua disposição pelo Governador, os quais conservarão o regime jurídico a que estiverem sujeitos e serão considerados como em efetivo exercício do respectivo cargo para todos os efeitos legais.

* O parágrafo 1º objetiva estabelecer um limite máximo de salários para os servidores da EMATER-PARANA, subordinando-os à legislação vigente.

No parágrafo 2º, acolheu-se providência habitual em órgãos como a EMATER; além de se caracterizar as vantagens do aproveitamento de pessoal já à disposição do Estado.

Art. 12 — Na aquisição ou alienação de bens, como na contratação de obras ou serviços de qualquer natureza, a EMATER-PARANA obedecerá as normas da legislação regente da licitação.

O artigo acrescenta matéria nova. A licitação é procedimento obrigatório quando se trata da gestão de bens e dinheiros públicos.

Art. 13 — Os depósitos em dinheiro da EMATER-PARANA, serão obrigatoriamente efetuados em organizações bancárias oficiais.

A norma não consta do projeto original. A prática é saudável, porque insere parte das atividades da Empresa no conjunto dos órgãos de intervenção estatal, no mercado e no mundo dos negócios.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação da Mensagem, na forma do Substitutivo Geral anexo.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Minuta Emenda Substitutiva ao

Projeto de Lei número 93/77

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir

uma empresa pública, observada a legislação vigente, com a denominação de Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMATER-PARANA, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira.

Parágrafo único — A EMATER-PARANÁ terá sede e foro na Capital, podendo a critério da Diretoria Executiva, criar ou extinguir filiais, agências ou escritórios nesta ou em qualquer outra localidade do Estado.

Art. 2º — São objetivos da EMATER-PARANA:

I — Planejar, coordenar, executar programas de assistência técnica extensão rural, visando à difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, à prestação de assistência técnica para aumento da produção e produtividade agrícolas e a melhoria das condições de vida do meio rural do Estado, de acordo com as políticas de ação do Governo Estadual e do Governo Federal.

II — Colaborar com os órgãos competentes da Secretaria de Estado da Agricultura e do Ministério da Agricultura na formulação e execução das políticas de assistência técnicas e extensão rural.

III — Estabelecer e desenvolver relações de troca de serviços e informações técnicas com os demais órgãos da administração direta e indireta da Secretaria de Estado da Agricultura e do Ministério da Agricultura, de modo a favorecer e fortalecer a cooperação interorganizacional no setor público agrícola.

IV — Promover estudos, pesquisas, análises, perícias e divulgações técnicas, objetivando fornecer subsídios para estabelecer ou reformular normas técnicas e operacionais relacionadas com suas atividades.

Art. 3º — Para sua instituição e consecução de seus objetivos, atender-se-ão as disposições estatuídas nos artigos 3º, parágrafo único e 5º da Lei Federal número 6126, de 06.11.74, artigo 7º decreto federal número 75.373, de 14.02.75, e as normas aplicáveis, da Lei Estadual número 6.636, de 29.11.74.

Art. 4º — O capital inicial da EMATER-PARANÁ será de Cr\$ 41.000.000,00 (Quarenta e um milhões de cruzeiros), a ser integralizado até dezembro de 1978 mediante dotações orçamentárias consignadas em um ou mais exercícios financeiros, créditos especiais e incorporações de bens do Governo Estadual previamente avaliados.

Parágrafo único — O Poder Executivo poderá autorizar o aumento de capital da EMATER-PARANÁ mediante a incorporação de lucros, reservas e correção monetária do ativo e participação de administração indireta do Estado, da União e dos Municípios, assegurada, sempre, a participação majoritária do Estado.

Art. 5º — Constituição recursos da EMATER-PARANÁ:

I — As transferências consignadas nos orçamentos anuais do Estado;

II — Os recursos provenientes de convênios, contratos e ajustes;

III — Os créditos abertos em seu favor;

IV — Os recursos de capital, inclusive os recursos de conversão em espécie, de bens e direitos;

V — Os recursos de operações de crédito decorrentes, de empréstimos e financiamentos;

VI — A renda de bens patrimoniais;

VII — As doações e legados que lhe forem feitos;

VIII — Recursos provenientes de fundos existentes ou a serem criados, destinados a promover o aumento da produção e produtividade agrícola e a melhoria das condições de vida do meio rural;

IX — Recursos decorrentes de Lei específica;

X — Participação no resultado econômico apresentado em cada exercício financeiro, por Empresa de cujo capital o Estado

detém maioria, de conformidade com o que fica estabelecido, em cada caso pelo Poder Executivo;

XI — Receitas operacionais;

XII — Outras receitas;

XIII — Auxílios e subvenções inclusive internacionais.

Art. 6º — A EMATER-PARANÁ reger-se-á por esta lei, pelo Estatuto a ser aprovado por decreto do Poder Executivo e, subsidiariamente, pelas normas do direito aplicáveis.

Parágrafo único — Do Estatuto de que trata este artigo constará; além dos objetivos, do capital e dos recursos financeiros, na forma do disposto nesta lei, a composição dos órgãos de administração e de fiscalização da EMATER-PARANA, as respectivas atribuições, as competências de seus dirigentes e demais condições legais pertinentes, em especial o seguinte:

I — A EMATER-PARANA será administrada por um Conselho de Administração, composto por cinco (5) membros; uma Diretoria Executiva, composta por três (3) membros, e um Conselho Fiscal, composto por três (3) membros, todos com mandato de três (3) anos, permitida a reeleição.

II — Serão remunerados apenas os membros da Diretoria Executiva, cujos vencimentos e vantagens não excederão, a qualquer título, ao fixado para os Secretários de Estado.

Art. 7º — O Poder Executivo expedirá o Estatuto da EMATER-PARANÁ, no prazo de trinta (30) dias, contados a partir da data da publicação desta Lei.

Parágrafo único — O Decreto que aprovar o Estatuto referido neste artigo, fixará data de instalação da Empresa.

Art. 8º — A EMATER-PARANÁ, além da prestação de constas, prevista na legislação específica, submeterá o balanço financeiro, através do Secretário de Estado da Agricultura, ao Tribunal de Contas, no prazo de sessenta (60) dias após o encerramento do exercício.

Art. 9º — A EMATER-PARANÁ fica autorizada a absorver o acervo físico, técnico e administrativo, bem como os saldos remanescentes da Associação de Crédito Rural do Paraná — ACARPA —, assumindo em contrapartida todos seus encargos.

Parágrafo único — A absorção referida neste artigo deverá ser previamente consentida pela Junta Administrativa da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná — ACARPA —, conforme o seu Estatuto.

Art. 10 — A EMATER-PARANÁ gozará de isenção tributária.

Art. 11 — O regime jurídico do pessoal da EMATER-PARANA será o da legislação trabalhista e a gestão administrativa obedecerá o disposto no art. 94, II, da Lei número 6636, de 29.11.74.

§ 1º — Os salários do pessoal da EMATER-PARANÁ acompanharão os níveis do mercado de trabalho, respeitada a legislação vigente.

§ 2º — A EMATER-PARANÁ poderá utilizar funcionários postos a sua disposição pelo Governador, os quais conservarão o regime jurídico a que estiverem sujeitos e serão considerados como em efetivo exercício do respectivo cargo para todos os feitos legais.

rt. 12 — Na aquisição ou alienação de bens, como na contratação de obras ou serviços de qualquer natureza, a EMATER-PARANÁ obedecerá as normas da legislação vigentes da licitação.

Art. 13 — Os depósitos em dinheiro da EMATER-PARANÁ, serão obrigatoriamente efetuados em organizações bancárias oficiais e na falta dessas em estabelecimentos particulares.

Art. 14 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei número 93/77

Procedente de Mensagem Governamental, o projeto em exame tem por objetivo a instituição de uma empresa pública, denominada EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL — EMATER-PARANÁ, vinculada à Secretaria de Agricultura, destinada a atuar no campo da assistência à atividade rural, em cooperação com os órgãos especializados da administração federal.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, através do magnífico parecer exarado pelo nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, opinou pela constitucionalidade da matéria, na forma de um substitutivo igualmente acolhido naquela Comissão.

Preliminarmente, entendo que aqui se deve declarar a preferência pelo substitutivo, em contraposição ao projeto original, visto como ele representa, na verdade, a melhor articulação do conteúdo normativo.

No mérito, é impossível deixar de reconhecer na proposta uma providência de elevado alcance financeiro, visto como o Estado, operando através de empresa, obterá melhores resultados sociais e econômicos dos investimentos que inicialmente fará.

Apenas com duas alterações: uma para atender as exigências da Lei número 6.636, de 29.11.74, na composição do Conselho de Administração, previsto no Inciso I, do parágrafo único, do art. 6º, do Substitutivo; e outra para viabilizar a idéia do ilustre relator da Comissão de Justiça com a desejável flexibilidade da empresa na movimentação dos seus recursos, constantes do art. 13, também do Substitutivo, concluo este parecer opinando favoravelmente ao projeto, na forma do referido Substitutivo.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 1977.

(aa) ERONDY SILVÉRIO — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

EMENDA

Ao Projeto de Lei número 93/77

I — O art. 13 passa a ter a redação seguinte:

“Art. 13 — Os depósitos em dinheiro da EMATER-PARA Á serão, preferencialmente, efetuados em organizações bancárias oficiais”.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1977.

(aa) ERONDY SILVÉRIO — Presidente

GABRIEL MANEOL — Relator

EMENDA

Ao Projeto de Lei número 93/77

I — O inciso I, do Parágrafo único, do art. 6º, passa a ter a redação seguinte:

“Art. 6º —

Parágrafo único —

I A EMATER-PARANÁ será administrativa por:

a) um Conselho de Administração, composto por oito (8) membros, sendo: dois (2) Secretários de Estado (Lei número 6.636, de 29.11.74); um (1) Representante do Ministério da Agricultura; um (1) Representante da EMBRATER; um (1) Representante do IAPAR; um (1) Representante da FAEP; um (1) Representante da FETAEP; e um (1) Representante da Universidade Federal do Paraná;

b) uma Diretoria Executiva, composta por três (3) membros;

c) um Conselho Fiscal, composto por três (3) membros todos com mandato de três anos, permitida a reeleição”.

“Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1977.

(aa) ERONDY SILVERIO — Presidente

GABRIEL MANOEL

Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Parecer ao Projeto de Lei número 93/77

O presente envolve o Projeto de Lei número 93/77, originário da mensagem do Poder Executivo, de número 77/77, pela qual o Exmo. Sr. Governador do Estado pretende ver criada a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER-PARANA, com personalidade de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira.

A providência em tela se prende à necessidade de se adaptar os serviços até agora prestados pela ACARPA — Associação Civil à nova orientação ditada pela administração pública federal no tocante ao Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, com uma área de ação muito maior e possibilitar ao Estado, através de Convênios, a captação de auxílios e recursos necessários ao desenvolvimento do programa orientado pelo Governo Federal.

A criação da empresa em referência é de interesse para o nosso Estado, pois não se poderá conduzir a política neste setor divorciada da orientação federal, sob pena de não podermos contar com as melhorias e benefícios condizentes à manutenção e expansão das atividades rurais no Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça, após análise aprofundada do problema, aprovou o anteprojeto em apreço de acordo com as disposições constantes da Emenda Substitutiva de lfs. 21 à 25, adaptando-o às realidades constitucional e legal.

Por sua vez, dentro do mesmo escopo, a Comissão de Finanças aprovou o anteprojeto com duas (2) emendas imprescindíveis à consolidação do funcionamento regular da empresa.

Considerando os elementos instrutivos do processo, ou melhor, os pronunciamentos das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, de fls. e fls., e o vital interesse do Estado no setor, opinamos, também, pela aprovação do projeto número 93/77, de acordo com as proposições formuladas pelas citadas Comissões.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1977.

(a) ALFREDO GULIN — Presidente e Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E M E N D A

Ao Projeto de Lei número 93/77

1 — A alínea 11 do artigo 6º, passa a ter a seguinte redação:

“Serão remunerados apenas os membros da Diretoria Executiva cujos vencimentos não excederão aos Secretários de Estado”.

Sala das Comissões, em

(a) LÁZARO DUMONT

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu requiero verificação de votação, Sr. Presidente. E requeria também que o Sr. Secretário ao constatar a presença, fizesse repetir presente o Sr. Deputado. Verificando ausência e presença.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Eu atendo V. Exa. e o Sr. Primeiro Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados, observando a ausência e presença.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Deputado Ivo Thomazoni: Ausente; Deputado Jurandir Messias: presente; Deputado Ernesto Gnoato: presente; Deputado Quielse Crisóstomo: ausente; Deputado José Domingos Scarpelini: ausente; Deputado Ivan Rüppel: presente; Deputado Rosário Pitelli: presente; Deputado Accioly Neto: presente; Deputado Adalberto Daros:

ausente; Deputado Aguinaldo Pereira Lima: presente; Deputado Alfredo Gulin: presente; Deputado Antônio Facci: ausente; Deputado Aragão de Mattos Leão: ausente; Deputado Augusto Carneiro: presente; Deputado Basílio Zanusso: presente; Deputado Dácio Leonel: presente; Deputado David Federmann: presente; Deputado Del Ciel: ausente; Deputado Deni Schwartz: ausente; Deputado Domicio Scaramella: ausente; Deputado Edilson Alencar: ausente; Deputado Egon Pudell: presente; Deputado Enéas Faria: presente; Deputado Ernesto Dal'Oglio: ausente; Deputado Erondy Silvério: presente; Deputado Ezequias Losso: presente; Deputado Gabriel Manoel: presente; Deputado Luiz Gabriel Sampaio: presente; Deputado Fabiano Braga Cortes: presente; Deputado Fidelcino Tolentino: ausente; Deputado Francisco Escorsin: presente; Deputado Fuad Nacli: presente; Deputado Gilberto Carvalho: presente; Deputado Hélio Manfrinato: ausente; Deputado Jayme Rodrigues Carvalho: ausente; Deputado Jorge Sato: presente; Deputado Lázaro Dumont: presente; Deputado Lineu Turra: ausente; Deputado Lúcio Machado: ausente; Deputado Luiz Alberto de Oliveira: presente; Deputado Luiz Roberto Soares: presente; Deputado Maurício Fruet: ausente; Deputado Muggiati Filho: ausente; Deputado Nelson Buffara: ausente; Deputado Nilso Sguarezi: ausente; Deputado Osvaldo Macedo: ausente; Deputado Otássio Pereira: ausente; Deputado Paulo Camargo: presente; Deputado Renato Bernardi: ausente; Deputado Trajano Bastos: ausente; Deputado Valter Pietrângelo: ausente; Deputado Waldenício Barbalho: ausente; Deputado Werner Wanderer: presente; Deputado Wilson Fortes: presente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — 28 Srs. Deputados responderam a chamada nominal, portanto, há “quorum”.

Continua em discussão o Projeto de Lei número 93/77, de autoria do Poder Executivo; em votação. — APROVADO.

Esta Presidência anuncia, com satisfação a presença neste plenário, do Sr. Daniel Meneguel, Presidente da ARENA do Município de Bandeirantes, e do Sr. Walter Oliveira, também do Município de Bandeirantes.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando a suspensão da sessão do próximo dia 14 de novembro. — Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Ubirajara Sabatella, ocorrido em Ponta Grossa. — APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Jayme Rodrigues Carvalho e Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osmar Reginato, ocorrido em Goioerê. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Rubens Amazonas Lima. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando o envio do pronunciamento feito da tribuna, a diversas autoridades. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, contendo reivindicação no sentido de que seja feita a ligação asfáltica no trecho que liga o Município de Ribeirão Claro ao Porto Emigdão. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando a inserção nos Anais

da Casa, do pronunciamento do Doutor Enny Luiz Fachin, Presidente das novas instalações da Seção Regional da Associação Médica do Paraná, sediada em Ponta Grossa. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, encarecendo que sejam antecipados os pagamentos dos funcionários públicos nos meses de novembro e dezembro, a fim de que possam fazer suas compras natalinas. — REJEITADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário do Transportes, entatizando a necessidade da construção de acostamento em todas as rodovias pavimentadas do Estado. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações, inquirindo sobre o andamento do processo do convênio para a construção do Fórum da Comarca de Santa Isabel do Ivaí. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de pedido de informações, com referência à pavimentação asfáltica dos acessos ao trevo rodoviário na Rodovia Osvaldo Pacheco de Lacerda, para a cidade de Cianorte. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de cópias do pronunciamento efetuado durante os trabalhos desta Casa em data de 3 de novembro próximo passado, a diversas autoridades federais. — Em votação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, este requerimento é do Deputado Maurício Fruct?

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — É de autoria do Deputado Valter Pietrângelo, já com discussão encerrada, na sessão - votação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado, autor do requerimento, Valter Pietrângelo.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, ao que me parece, esse requerimento já foi votado em encaminhamento de votação. Eu falei e o Deputado Valter Pietrângelo também e só pode-se falar uma vez em encaminhamento de votação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Apenas discuti o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — A discussão foi encerrada ontem. Hoje está em votação o requerimento. O Deputado Valter Pietrângelo pediu para encaminhar a votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Ontem nós falamos no encaminhamento de votação. Usei da tribuna, para encaminhar a votação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Um momento, Deputado Valter Pietrângelo. As anotações que nós temos no requerimento, é que está tão somente encerrada a dis-

cussão do requerimento. Com referência ao encaminhamento... O SR. GILBERTO CARVALHO — Na data deste requerimento foi pedido para discutir.

Ficou para a sessão de sexta-feira. Nós encaminhamos e depois foi posto em votação e eu falei no encaminhamento de votação. Parece-me que o Deputado Valter Pietrângelo também falou. Pediria à Mesa que verificasse quem falou no encaminhamento de votação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Deputado Valter Pietrângelo, V. Exa. permita a esta Presidência que, através da assessoria, tenha conhecimento se realmente já está inclusive encerrado o encaminhamento de vosso requerimento.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, V. Exa. já me concedeu a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Não, V. Exa. há de convir que não foi concedida a palavra. Imediatamente houve questão de ordem do Deputado Gilberto Carvalho. E esta Presidência não pode, em absoluto, se já está encerrada, mesmo não estando observado no requerimento, ou tão somente encerrada a discussão do requerimento.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, teria então que suspender a sessão para que possamos então trazer a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência está aguardando a ata da sessão do dia 4. — (Pausa).

Respondendo a questão de ordem do Deputado Gilberto Carvalho, esta Presidência tem em mãos a ata da sessão correspondente, do dia 4 do corrente mês. "Em discussão o requerimento do Deputado Valter Pietrângelo, o qual fica com discussão adiada em sessão anterior, que solicita envio de expediente os Srs. Ministro da Indústria e Comércio e Fazenda e Agricultura, sugerindo a substituição do atual Presidente do IBC.

Para discuti-lo usaram da palavra os Srs. Deputados Gilberto Carvalho, manifestando sua posição contrária à Proposição do mesmo; e Valter Pietrângelo trazendo nova justificativa, para sua aprovação. É encerrada a discussão. — Em votação.

Para encaminhar a votação usaram da palavra os Srs. Deputados Gilberto Carvalho, reformulando sua posição contrária ao requerimento, e Renato Bernardi, solidarizando-se com solicitação contida no requerimento.

Ao mesmo tempo em que sugere a vinda do Sr. Presidente do IBC a esta Casa para prestar os esclarecimentos necessários sobre suas atividades frente àquele Instituto.

Consequentemente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, para encaminhar.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, fui surpreendido há instantes, pela rejeição por parte da bancada da Arena de um requerimento nosso, que apelava ao Sr. Governador, no sentido de que antecipasse o pagamento do funcionalismo público agora, nos meses de novembro e dezembro, para que dando inclusive ressonância a interessante "Campanha da Pechincha" proposta pelo Governo Federal, os nossos funcionários pudessem fazer suas compras de natal com tranqüilidade, mesmo porque o comércio vai funcionar até as 22 horas, e pudessem também pechinchar tendo o dinheiro nas mãos.

E a bancada da ARENA rejeitou este requerimento; não sei se haveria uma justificativa coerente, equilibrada para se rejeitar determinada solicitação. Nós já podemos observar em setores de administração pública, a política que prejudica o funcionalismo, e quem sabe esse mau exemplo, tenha envolvido companheiros da bancada do governo que pretendem dessa forma, obstacular uma proposição do inteiro interesse do funcionalismo público do Paraná.

Sr. Presidente: com referência ao nosso requerimento que pede a elevação do registro do preço do café para 3 mil cruzei-

ros à saca a partir de janeiro ou fevereiro, e pede a criação de uma pauta de financiamento para atender o produtor e o maquinista, nesta situação tão difícil, de falta de capital de giro, e que pondera ao Governo Federal a necessidade de substituição do Sr. Camillo Calazans, na Presidência do IBC, nós queremos apenas deixar registrado aqui, o seguinte: Mas, antes enfatizar, Sr. Presidente, que apesar de todas as burradas cometidas pelo Sr. Calazans na Direção do IBC, que nós registramos no pronunciamento e que não foram ainda contestadas pelos Deputados que irão votar contra o nosso requerimento, Sr. Presidente, uma traição insofismável aos interesses da cafeicultura brasileira, nós queremos apenas ler aqui, nos jornais de hoje:

"Ao comentar notícias públicas, segundo as quais, o Sindicato dos Cafeicultores de Jaf, São Paulo, solicitando a sua substituição à frente do Instituto Brasileiro do Café por uma junta deliberativa, Camillo Calazans, disse bem humorado: que não faço parte do Sindicato dos Cafeicultores e sim do Sindicato dos Bancários."

Deve ser do que ele entende, Sr. Presidente, mas não de café.

Noutro jornal, uma afirmação que também devemos registrar:

"O Ministro da Indústria e Comércio, Ângelo Calmon de Sá, afirmou ontem, pouco antes de embarcar para São Paulo, onde participou de Reunião no Centro Estadual de Agricultura, que a posição de Camillo Calazans na Presidência do Instituto Brasileiro de Café, " — está confusão de sigla, de nome, ela está sendo feita desde o princípio, Sr. Presidente.

Nós já dissemos aqui que quando se escolheu o Sr. Calazans, que o escolheu confundiu a sigla, em vez de Instituto Brasileiro do Café, imaginou que fosse Instituto Brasileiro do Cacau, ou do Coco.

Mas, prosseguindo a leitura: "Diz o Sr. Ângelo Calmon de Sá: — É absolutamente tranqüila mesmo diante das críticas, sua gestão à frente da autarquia, tem provocado." — Só que o jornal aqui não acrescenta, tem provocado o que?

"Mas, não podia, ser — completou o Ministro. Mas a Manchete diz lá. "Calazans não sairá do IBC."

De forma, Sr. Presidente, que nós enfatizamos aqui que de nossa parte entendemos, pela argumentação que propusemos no nosso pronunciamento na última 5a. feira, durante 45 minutos, que o Sr. Camillo Calazans tem realizado uma gestão completamente desastrosa frente à Presidência do IBC.

teve uma sorte extraordinária, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a geada que desabou tragicamente sobre o nosso país, em 1.975.

Destruindo quase toda a nossa cafeicultura. E é claro, uma geada daquelas proporções só poderia, fazer o café dar uma desaparecida temporária — mas uma desaparecida violentíssima, criar problemas psicológicos, tumultuar ...

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) A Presidência lamenta mas é obrigado a interromper o eminente Deputado, para comunicar que o tempo já esgotou e lhe concede mais um minuto para concluir.

O SR. VALTER PIETRANGELO — Muito obrigado, perfeito.

E o café subiu. Subiu como um foguete, Sr. Presidente, atingindo de 490 cruzeiros a saca, antes da geada, para 4.500 cruzeiros, em abril de 1.977.

Mas, subiu por causa das condições climáticas terríveis, mas não por vivência, sapiência, denodo, do Sr. Camilo Calazans.

E agora, Sr. Presidente, concluindo, quando o IBC tem que tomar atitudes realmente salomônicas, em benefício da cafeicultura nacional.

É preciso que o IBC mude de filosofia, de orientação, de caminho.

Mais do que nunca, nesse período difícil para a cafei-

cultura, é preciso que se coloque na direção daquele Instituto, um homem com vivência, com preparo, com agressividade bastante, para mostrar ao mundo o valor de nossa cafeicultura, e exigir, e propor e conquistar, uma comercialização benéfica para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Em votação. Rejeitado.

O SR. VALTER PIETRANGELO — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) A Presidência deferiu.

O Sr. 1o. Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada)

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) 31 Srs. Deputados responderam a chamada. Em votação o requerimento. REJEITADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, com o apoio de diversos Srs. Deputados, com sua discussão adiada, solicitando a convocação do Sr. Secretário das Finanças para perante esta Casa, preste informações referentes ao Banco do Estado do Paraná. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, autor do requerimento.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, parece ter sido esta matéria, a catalizadora do número avultado de eminentes Deputados que hoje contribuem com as suas presenças tanto para o enchimento do rol de Deputados da Casa, como para o próprio brilhantismo dos trabalhos.

Parece ter sido exatamente este ponto o que proporcionou a mobilização dos eminentes Deputados, nos dando inclusive, alegria e a satisfação de revermos aqui tantos cultos, claros e eminentes companheiros, que com o seu cabedal de conhecimentos, tanto têm contribuído para os trabalhos desta Casa e para o próprio engrandecimento do Paraná.

Ontem, Sr. Presidente, pude largamente falar sobre esta matéria, pude esposar o ponto de vista não só meu, mas encampado por eminentes Deputados da Oposição.

De público, porque de particular não sei, e sabendo não devo declinar.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se apressa a maioria nesta Casa a derrubar este requerimento.

A não permitir a sua aprovação.

E, em não permitindo, impedir que aqui venha o homem responsável pelas finanças do Estado do Paraná.

E impedindo que venha o Secretário de Finanças para prestar as informações, impedindo conseqüentemente, que se esclareça de vez a desastrosa administração que a cada instante, ou por várias vezes tem ponteadado no estabelecimento de crédito oficial de nosso Estado.

Disse ontem e repito hoje, Sr. Presidente, fosse a primeira vez, até poderíamos adotar um outro procedimento.

Fosse a primeira vez, estarrecidos e pasmados, até poderíamos encontrar uma outra formulação para conversar com Sua Excelência o Sr. Secretário e com os dirigentes do Banco do Estado.

Mas não é a primeira vez.

Fatos assemelhados ocorreram, e não faz muito tempo, com a aplicação, com má aplicação de recursos nossos, em economias de outros Estados, com má aplicação de recursos públicos e do contribuinte, do depositante paranaense, aqui mesmo, mas, desastrosamente malmente aplicados.

Quer me parecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não pode o Poder Legislativo, ou não deve pelo menos o Poder Legislativo, encarar a questão, sob a égide de sigla partidária, pois não se está inquinando ninguém e muito menos o Secretário das Finanças, pois, se é o chefe superior da organização financeira estadual, evidentemente nenhuma, presumo, nenhuma implicação tem Sua Excelência pessoalmente, com a gerência, com a má gerência do estabelecimento de crédito, ou, com as más aplicações volta e meia ocorridas.

Portanto, nada se tem contra Sua Excelência, se tem, a favor do Paraná, se tem a favor dos recursos, volto a dizer, não é uma questão que devesse ser colocada sob a égide de partidos políticos.

Entendo que o Governo poderia, e bem poderia, explicar o que aconteceu, poderia fazer com que nós entendêssemos o que ocorreu, poderia justificar essas atitudes que, da maneira que estão postas, não são convincentes, geram até dúvidas, geram até um mal estar.

Agora, se quer por, já se pôs, nesta Casa, o problema, sob cor partidária.

Quer me parecer que, acima disto está o interesse do partido, e acima disto deve estar a própria honra e a própria dignidade do Poder Executivo, que deveria ser o primeiro a correr e a vir explicar o que está acontecendo, que deveria, tão logo o fato ocorreu, antes mesmo de denunciado na imprensa e nesta Casa, deveria correr a explicar, ao Paraná, o fato ocorrido.

O que teme o Governo do Estado?

O que tem a esconder o Governo do Estado?

O que quer tampar, o Governo do Estado?

Estas dúvidas agora podem aflorar, diante da atitude que está sendo adotada pelo Partido do Governo, impedindo que se tenha acesso às informações, impedindo que se tenha diálogo oficial com o Sr. Secretário das Finanças.

Eu até poderia, Sr. Presidente, adivinhar que o Governo se propõe a vir conversar com esta Casa, porque, cada vez que se pede informações em assuntos desta natureza, cada vez que se pretende convocar alguém em assuntos desta natureza, o Governo propõe uma conversa, mas, propõe uma conversa informal, propõe a conversa simplesmente, quando nós queremos o diálogo oficial, em termos sérios e enérgicos.

Virá esta proposta?

Não sei, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que quero temer é que, colocada a questão, da maneira como o foi, cabe à minha bancada e assim já se pronunciou, e assim já entendeu, — já que a questão se possa colocar nesses termos — entende a minha bancada que não se pode cruzar os braços, diante de um movimento de força, de um movimento de maioria, de um movimento de quantidade que impede, que obstaculiza que impossibilita que as coisas sejam conhecidas.

Portanto, entende o MDB nesta Casa, que o fato é muito sério, este, e os outros que passaram.

Como tantos outros que aí estão, já este mesmo fora da órbita do Banco do Estado mas, em outros escaninhos da administração.

E, eu não pretendo citar e a Casa conhece, mas são tantos órgãos da administração, hoje suspeitáveis.

Entende a bancada e, assim entendeu e assim me confienciava, agora há pouco o meu Líder, de que o movimento de quantidade de impedindo que o MDB ou que a Casa tenha acesso a essas informações, a esse diálogo, deverá usar o instrumento que possui — o instrumento que tem e que independe da quantidade, e que independe da maioria.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com tranquilidade que nós vamos aguardar a manifestação dos Srs. Deputados da ARENA, diante dos graves e suspeitados fatos que estão a ocorrer ao Banco do Estado do Paraná, se pretenderem manter sigilo, manter obstáculos, manter impedimentos, não

restará outra fórmula senão a mais drástica, senão a de imputar e, com o instrumento mais forte, buscar dentro do estabelecimento e buscar nos demais órgãos, aquilo que se conhece, ou que se suspeita.

Era isso, Sr. Presidente.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O respeitável e combativo Deputado Enéas Faria, já em postura de campanha, indaga o que tem a esconder o Governo do Estado.

E, eu respondo: — Nada; absolutamente nada.

Fazendo praça de "Pitonisa pós factum", pois sabedor era, por informação minha, de que a convite desta Casa, aqui comparecerá o Sr. Secretário de Finanças, bem como demais diretores do Banco do Estado do Paraná, para questionar ampla e livremente, todo e qualquer tema que queira a aguerda bancada da Oposição levantar, eu devo declarar que o Governo do Estado do Paraná, nem deste episódio e em nenhum outro episódio tem a esconder alguma coisa do povo paranaense ou à bancada da Oposição.

Todo negócio bancário, evidentemente, envolve riscos.

Não é a primeira vez que o Banco do Estado do Paraná tem problemas em sua aplicação.

Em administrações anteriores houve aplicações que não obtiveram a lucratividade esperada e nem o desfecho técnico que era expectativa geral da direção.

Por certo, outras aplicações ocorrerão que, possivelmente, não dêem certo.

Todavia, inquirir de desastrosa a administração do Banco do Estado do Paraná é, no mínimo, a demonstração de um desconhecimento total de qual o desempenho deste nosso banco estatal.

O Banco do Estado do Paraná é um dos dois bancos oficiais estaduais do Brasil, que apresentaram melhor rentabilidade financeira no primeiro semestre deste ano e que haverá de repetir, no 2o. semestre igual índice.

Portanto, a diretoria do Banco do Estado do Paraná é operosa, eficiente e é, hoje, modelar para demais instituições estaduais do resto do Brasil.

Nós convidaremos e, tenho certeza, que nosso convite será aceito, pelo Secretário de Finanças e demais diretores do Banestado que, a nível formal e não informal, como disse o nobre Deputado Enéas Faria; com seriedade e não com levandade, como sugeriu o nobre Deputado Enéas Faria; para discutir amplamente esta ou qualquer outra operação que o Banco do Estado tenha realizado com clientes estaduais e fora de nosso Estado.

Digo e repito que o Governo do Estado do Paraná, não tem absolutamente nada a esconder do povo paranaense.

A Aliança Renovadora Nacional, nesta Casa, rejeitará, porque o requerimento do nobre Deputado, previamente já lança suspeitas sobre o comportamento da Diretoria, o que evidentemente é inadmissível no nosso ponto de vista.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Em discussão o requerimento. Em votação.

O SR. LÚCIO MACHADO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Sr. Deputados. Há coisas que nem o tempo pode dar entendimento.

No requerimento do nobre Deputado Enéas Faria, entre uma série de justificativas, faz o Paraná uma denúncia das mais aberrantes, por fato cometido pelo Banco do Estado e se refere a uma transação da ordem de mais de cinquenta

milhões de cruzeiros, quantia que teria o Banco emprestado a uma empresa não paranaense, que acabou em seguida de pedir concordata.

É de se perguntar: Será que a responsabilidade de defesa do dinheiro público, da honestidade e do resguardo da economia deste Estado é uma obrigação simples e importa a minoritária bancada da Oposição, desta Casa, se a Constituição é clara no determinar que o Poder Legislativo se reveste de autoridade para tomar conta de Secretários de Estado, se a função do Deputado Estadual independente do partido em que ele se encontra é de integração do poder fiscalizativo das atividades do Estado em favor do seu território e se sua economia?

Por que, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

Coisas que não vimos há tanto tempo, hoje se vê nesta Casa.

A presença da totalidade dos Srs. Deputados governistas e a presença em massa para votar contra o requerimento, naturalmente para que o Estado do Paraná não saiba que o seu Banco do Estado, o Banco oficial do Governo do Paraná faz repetir, não sei por quantas vezes o mesmo fato.

E agora, na ordem de 50 milhões de cruzeiros, o empréstimo caracteristicamente fraudulento, porque, segundo se observa emprestou-se a uma empresa, cujo fluxo e refluxo de sua economia já não existia e seu coração já não mais batia.

Quando um Deputado da bancada do MDB, preocupado da luta objetiva de verdade e de justiça para o povo do Paraná, pede a presença do Sr. Diretor do Banco do Estado para esclarecer não à sua bancada, mas ao Paraná que tem direito a este esclarecimento, a ilustrada bancada do Governo, aproveitando-se da maioria, fecha o cerco e prevarica as condições de saber o que aconteceu para ocorrer mais um novo prejuízo na economia do Banco do Estado do Paraná.

E o que nos trouxe admiração foi as palavras do próprio Líder da bancada do Governo, em afirmar neste Plenário portanto, a todo o Paraná, que o fato que ocorre está denunciado pelo eminente Deputado Enéas Faria.

Já ocorreu muitas vezes.

Mas, nem por isso, afirma o ilustre Líder, representa prejuízo ao Banco do Estado, porque este é o Banco que tem alcançado maiores rendimentos nestes últimos anos.

São os tipos de defesa que causa dúvida, porque quando um governo se encontra a estruturá-lo, nas condições de corresponder através de sua ação de justiça, nem ele, muito menos aos seus diretores encontrar-se com o poder fiscalizativo, com o Poder Legislativo, que é o Poder mais importante da estrutura do Estado.

E o que se vê nesta Casa, e o que se tem visto neste legislatura que já chega ao fim do seu terceiro ano, existe uma fórmula extraordinária e quase magistral, de trazer a totalidade da bancada do governo para a sessão plenária, e não é uma fórmula milagrosa porque já está por demais conhecida, é só um Deputado da bancada da Oposição apresentar um requerimento, pedindo que se presta contas sobre fatos relacionados a negócios que não merecem muita fé, aparece até aqueles que não são "hatituê" das reuniões plenárias.

(Termino já, Sr. Presidente).

— Com tudo isso, os tristes episódios sempre repetem, quando se formaliza perguntas sobre fatos que prejudica, que empobrece e que desenobrece até a administração do atual Governador, Sr. Jayme Canet Junior, os requerimentos são sempre vencidos, eles nunca são aprovados.

Mas, os Anais da Casa, Sr. Presidente, permanecerá; e o futuro saberá, verificar que faltou acima de tudo, alguns Srs. Deputados, com a sua responsabilidade perante o Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Em votação o re-

querimento:

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.— REJEITADO.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Deferido.

Vai se proceder a verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

O SR. FUAD NACLI — Pela ordem, Sr. Presidente, gostaria que fosse feita a chamada nominal.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente eu levantei uma questão de ordem e peço preferência da Presidência no atendimento da minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) A palavra será do Líder do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, quero lembrar a V. Exa. que estamos no processo de votação.

Quem votou votou; quem não votou, não pode mais se integrar ao processo de votação.

Por isso é que votei e permaneço.

Por isso não votaram e não podem ser computados os votos, dos Srs. Deputados Luiz Alberto de Oliveira e Luiz Gabriel Sampaio, que acabam de chegar no plenário.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — V. Exa. anunciou o resultado da votação?

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Inclusive não foi nem votada a matéria.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Está sendo verificada a votação da matéria.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Parece-me que face à resposta peremptória, clara, de V. Exa. tenho o mesmo direito de votar que o nobre Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem Sr. Presidente. Nem peremptória nem clara foi a resposta de V. Exa., porque V. Exa. afirma, ló. — que não houve votação.

Depois, informa V. Exa. que houve votação e que estamos na sua verificação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Esta Mesa, Deputado Enéas Faria, retificou em tempo.

Eu vou resolver a questão de ordem colocando a matéria em verificação de votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente, pergunto, a V. Exa., se a luz do Regimento Interno, quem não participou de uma votação, pode ter o seu voto computado na verificação de votação?

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Esta Presidência tem a informar que não pode precisar quem participou, quem não participou da votação.

Só se fosse milagreiro este Presidente.

O SR. ERONDY SILVERIO — Pela ordem, Sr. Presidente, V. Exa. dentro do próprio Regimento Interno, poderá dar resposta ao nobre Deputado Enéas Faria.

O Regimento Interno determina que nenhum Deputado que se encontre no Plenário pode deixar de votar.

Então, V. Exa. ao proceder a verificação de votação, deve necessariamente cumprir o Regimento Interno e dar o direito a todos os que se encontram no plenário a proferir seu voto.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Esta Presidência agradece a colaboração e a elucidação que traz o Deputado Erondy Silvério.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram se levantar.

Srs. Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

26 Srs. Deputados aprovam; 1 rejeita.— Rejeitado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO do Projeto de Lei número 93/77

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 78/77.

Levanta-se a sessão.